PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

033/2024

CONTRATANTE (SECRETARIA / PMJ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMADO)

R$ 526.070,93

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **24/06/2024** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Cotas)

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO 4
2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 5
3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO 5
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO 5
5. DAS COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ART. 48 INC. III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 (Quando da utilização de COTAS) 7
6. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO 7
7. DA PARTICIPAÇÃO 8
8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 8
9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 10
10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 11
11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA 14
12. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO 15
13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO 21
14. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL 26
15. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 27
16. DA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO 28
17. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 28
18. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO 29
19. DA FORMA DE PAGAMENTO 30
20. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES 30
21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 30
22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 32
23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII) 32

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 34

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 36

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL FINAL 55

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024 59

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL 71

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO 74

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE 75

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE 76

ANEXO VIII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO 77

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 79

ANEXO X - RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET 80

ANEXO XI – DECRETO Nº 1.809/2019 81

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 164/2024

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS – NÃO

DATA DE ABERTURA: **24/06/2024**
HORÁRIO DA DISPUTA: **10h00min**
ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: www.bll.org.br **(Acesso Identificado)**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA, estabelecida à Avenida Hilda Mohring Macedo, nº 777, Vila Elias, Jacupiranga/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 46.582.185/0001-90, através do Senhor Roberto Carlos Garcia, usando da competência delegado a Prefeito Municipal de Jacupiranga, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta, nesta unidade uma licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL;** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

A Administração não emitirá qualquer nota de empenho sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 2.166/2023 de 15 de fevereiro de 2023 (ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO) e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e **ANEXOS**, que dele fazem parte integrante.

O recebimento das propostas dar-se-á a partir das **17h00min do dia 07/06/2024 até as 09h30min do dia 24/06/2024**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.bll.org.br **(Acesso Identificado)**), observados a data e horário limite acima estabelecidos.

A abertura das propostas ocorrerá as 09h31min do dia 24/06/2024.

Início da sessão de disputa de preços: às 10h00min do dia 24/06/2024.

A sessão de processamento do pregão eletrônico será realizada no seguinte local e endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas", e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

A programação acima e seus respectivos horários poderão sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. O Pregoeiro informará previamente a mudança da programação e dos horários para ciência de todos os participantes.

Caso não seja possível finalizar a etapa de lances no dia 24/06/2024, a continuação dos trabalhos será programada em dias posteriores, a serem reprogramados até a finalização dos lances, seguido da declaração do vencedor de cada item.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total, sendo cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha leve (automóveis, motos), linha médios (vans e caminhonetes), linha pesados (caminhões e**

ônibus/micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através de Plataforma de Pregão Eletrônico.

2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro indicado pela Portaria nº 14.971, de 05 de setembro de 2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico. Este pregão será realizado na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br).

2.3 - O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto da contratação que preencherem a todas as exigências constantes deste Edital.

4.2 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3 – Não poderão disputar esta licitação:

4.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 O impedimento de que trata o item 4.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7 O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.9 A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.10 Poderão participar deste Pregão Eletrônico às empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Plataforma de Pregão Eletrônico.

4.11 Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e início do pregão.

4.12 A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento/utilização;

4.13 A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do **Anexo IV**;

b) **inserção no sistema do valor inicial de cada item e a respectiva marca do produto** (digitando "produto sem marca" quando for o caso, ex. serviços).

4.14 De acordo com a súmula 13/2008 STF, é vedada a participação de Pessoa Física ou Jurídica que, dentre seus dirigentes, sócios ou responsáveis legais, possua grau de parentesco com ocupante de cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento na Administração Direta ou Indireta do Município de Jacupiranga/SP.

5. DAS COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ART. 48 INC. III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 (Quando da utilização de COTAS)

5.1 **Da cota principal**:

5.1.1 - Itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI" e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

5.1.2 – Para esta cota principal permanecerá o direito de preferência para as ME (Microempresas), EPP (Empresa de Pequeno Porte) e MEI (Microempreendedor Individual), conforme estabelece o Art. 44 § 2º da Lei Complementar 123/2006 e subitem 13.21.1 do item 13 do presente edital.

5.2 **Da cota reservada**:

5.2.1 - Itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI", sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, **conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n° 147/2014**.

5.3 Da Aplicação do Inciso II da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

5.3.1 Não será aplicado os Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 quando "***não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório***", ficando desta forma, condicionado o caráter de exclusividade, com a efetiva participação de no mínimo 03 (três) empresas em condições para os itens/lotes reservados para ME/EPP.

5.3.2 Caso não seja obtido o número mínimo de 03 (três) empresas em condições de efetiva competição, para algum item/lote reservado com exclusividade para ME/EPP, o mesmo terá prosseguimento mesmo com número inferior de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previstos na legislação, desde que o valor alcançado seja compatível com os orçados pela Administração. O item/lote será considerado **FRACASSADO** caso não alcance preços compatíveis com os orçados pela Administração.'

6. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.14 "a", operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações na Plataforma de Pregão Eletrônico.

6.2 - A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de participação direta/credenciado, a qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Plataforma de Pregão Eletrônico.

6.5 - Serão de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Plataforma de Pregão Eletrônico a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7 A título de sugestão, o Edital traz em seu **ANEXO IV**, modelo de credenciamento.

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

7.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida diretamente junto a Plataforma de Pregão Eletrônico utilizada no presente edital.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta e do catálogo (quando solicitado), acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.8. A não inserção dos documentos acarretará na INABILITAÇÃO do licitante.

8.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na **Avenida Hilda Mohring de Macedo, nº 777, Vila Elias, na cidade de Jacupiranga, Estado de São Paulo, CEP 11.940-000**, em horário de expediente.

8.10. Em havendo necessidade de entrega de documentos nos termos do item 8.9 a sessão pública será suspensa.

8.11. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.12. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.13. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.14. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.14.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.14.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.14.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.14.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (quando houver), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.16.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.17. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.14 ou 8.16 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.19. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema**, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.19.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.19.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.20. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.20.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.20.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.21. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.19 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.22. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 – As propostas serão apresentadas de duas formas distintas, sendo a primeira cadastrada diretamente no sistema eletrônico e a segunda, a ser apresentada pela empresa vencedora de cada item, após a finalização da fase de lances.

9.2 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.2.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.2.1.1 - O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser efetuado por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema/digitação de proposta, devendo conter o valor unitário/total, a validade da proposta, as especificações, as marcas e os modelos dos produtos ofertados de acordo com o solicitado nas especificações dos produtos para cada item deste edital (**Termo de Referência – Anexo I**). A não inserção de arquivos e/ou as informações acerca das especificações, das marcas e os modelos dos produtos, não estiverem presentes ou divergirem do solicitado nas especificações do Termo de Referência - Anexo I para cada item deste edital, implicará na desclassificação da empresa licitante, face à ausência de informações suficientes para classificação da proposta.

9.2.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.2.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.2.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.2.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.2.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

9.2.9 - Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para os itens de seu interesse.

9.2.10 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para cada item, ou a cotação parcial de um item deste Edital.

9.2.11 - As licitantes **poderão** incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos, ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre a mesma.

9.2.11.1 - As informações (conforme item 9.2.1.1 do Edital) deverão ser compatíveis com as descrições do Termo de Referência – Anexo I.

9.2.12 - Prazos de entrega/Prestação de Serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

9.2.13 - Forma de entrega/execução: a entrega dos produtos/serviços cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, pelo período de 12 (doze) meses, será parcelada e deverá ser solicitada mediante apresentação de empenho e/ou pedido expedido pela seção competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.2.14 - Locais de entrega/prestação de serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

9.2.15 - **Para os efeitos da descrição a ser feita, nos termos da cláusula 9.2.1.1 do edital, o concorrente deverá considerar que as referências dos produtos, assim como algumas características mais específicas, eventualmente encontradas nas especificações técnicas, são meramente descritivas, e não restritivas. O concorrente poderá apresentar modelos, marcas ou catálogos alternativos, desde que comprove, de forma satisfatória ao ÓRGÃO LICITANTE, que o bem que oferece é substancialmente equivalente ou superior ao requerido na cláusula primeira deste edital.**

9.2.16 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.2.17 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos e, uma vez aberta, a proposta se achará vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte da proponente.

9.2.18 - Os itens/marcas/modelos cotados nas propostas das licitantes deverão ser de 1ª qualidade, novos e originais, bem como deverão atender as especificações técnicas, e os prazos de garantia de fábrica.

9.2.19 - Na hipótese do licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema importará esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.2.20 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Decorridos esses prazos, sem convocação para assinatura do Contrato ou retirada de documento equivalente, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.2.21 - É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão eletrônico, sob pena de desclassificação de sua proposta.

9.2.22 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

10.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 03 (três) segundos.

10.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12,3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto e fechado**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.13.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.13.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.13.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.13.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.14 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**fechado e aberto**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

10.14.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

10.14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.14.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.14.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.14.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

14.14.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.15 Cabe ressaltar que **será adotado** para o envio de lances no presente pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.16 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.22.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.22.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.22.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.23.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.23.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.23.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.23.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.23.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.23.2 persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.23.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.23.2.2 empresas brasileiras;

10.23.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.23.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.24,3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.24.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.24.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, bem como o catálogo do equipamento ofertado (quando for caso).

11.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.2.1 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificadamente do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.6.1 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

12.1 – Na data, horário e local indicados no preâmbulo e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública virtual do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

12.1.1 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus **ANEXOS**, sendo desclassificadas as propostas:

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

c) Cuja proposta não atenda à especificação do Edital, ou as informações adicionais (conforme item 9.2.11. do Edital, "quando houver") sejam divergentes das descrições do Termo de Referência;

d) contiver vícios insanáveis;

e) Não atenderem às disposições do Edital ou consignarem vantagens ou condições nele não previstas;

f) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

g) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

h) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

i) As propostas que apresentarem mais de um produto por item/lote ou mais de um preço por produto.

12.1.2. - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.1.3. - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.1.4. - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.1.5. – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduzirão ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários.

12.2 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

12.2.1 - Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO GLOBAL.**

12.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.6 - As propostas não deverão ser fornecidas com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM/LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, as propostas serão desclassificadas e os itens fracassados.

12.7 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

12.8 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Assim, com o retorno da atuação do Pregoeiro ao certame (quando possível), todos os lances efetuados pelos licitantes serão considerados válidos, não acarretando em prejuízos aos atos realizados.

12.8.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.9 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.10 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.11 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.11.1 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do item/lote**.

12.12 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.13 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.14 - Os lances deverão ser formulados em valores unitários, distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

12.15 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 03 (três) segundos.

12.16 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, em conformidade ao disposto no subitem 10.13 do item 10 do edital.

12.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.18 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.21 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, quando devidamente credenciadas como tal, a preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.21.1 O Pregoeiro convocará, através de comunicação automática do sistema do pregão eletrônico, a **microempresa ou empresa de pequeno porte**, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos mesmos sejam iguais ou superiores até **5% (cinco por cento)** ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.21.1.1 A convocação será feita mediante sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema, no caso de haver proposta empatada, nas condições do subitem 12.21.1.

12.22 - Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.21.1.

12.23 - Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 12.21, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo,

à negociação do preço.

12.24 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 12.21.1 e 12.22, ou, na falta desta com base na classificação de que trata o subitem 12.21., com vistas à redução do preço.

12.25 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.25.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Licitante, juntada anteriormente aos autos do Processo.

12.26 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados)

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc).

12.27 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

12.28 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.29 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.30 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, e após a finalização de toda a fase de lances, serão avaliados os documentos de habilitação inseridos na Plataforma do Pregão Eletrônico pelos licitantes participantes, para habilitação final das propostas das empresas para os itens em que estão considerados como vencedores.

12.30 - Para habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, será obrigatória a apresentação da declaração indicada na alínea "i" do subitem 12.3.5 desde edital, quanto da apresentação dos documentos indicados no subitem 12.3.2, alíneas "a" a "g", do item 12 deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

12.30.1 Para efeito de assinatura do Contrato, a licitante enquadrada na alínea "i", do subitem 12.3.5 deste Edital (microempresa, ou empresa de pequeno porte), que tenha apresentado restrições nos documentos de habilitação exigidos no subitem 12.3.2 e demais vinculados, deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à assinatura da ata, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.30.2 A comprovação de que trata o subitem 12.3.2 do item 12 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando a partir do momento em que a licitante foi declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

12.31 - Em contratação de **serviços de engenharia**, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

d) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.32 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.33 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.33.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.33.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

12.33.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

12.33.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

12.33.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

12.34 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.34.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.34.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.35 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.36 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.37 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.37.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.38 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.38.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.38.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.38.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.38.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.38.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.39 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.40 - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender as exigências para a habilitação, não enviar a proposta de preços final conforme solicitado no subitem 14.1 do item 14 do edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

12.41 – O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, seus catálogos e demais informações complementares, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação para fazê-lo.

12.42 - Se não houver tempo suficiente para a finalização dos procedimentos previstos em um único momento, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

12.43 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.44 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.45 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.46 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

12.47 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado (quando solicitado) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.48 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.49 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITACÃO

13.1 – As habilitações serão apresentadas e cadastradas diretamente no sistema eletrônico, em campo específico, no momento do cadastro das propostas, não podendo o licitante alegar qualquer tipo de desconhecimento sobre as etapas necessárias para o seu preenchimento.

13.2 - DA HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

13.2.1 - O encaminhamento da habilitação para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros os documentos por ela anexados.

13.2.1.1 - O encaminhamento da habilitação deverá, obrigatoriamente, ser efetuado por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, devendo ser inseridos todos os documentos solicitados nos subitens 13.3.1, 13.3.2, 13.3.3, 13.3.4 abaixo dispostos. **A não inserção dos documentos, implicará na desclassificação da empresa licitante, face à ausência de informações suficientes para sua habilitação**.

13.2.1.2 - É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão eletrônico, sob pena de desclassificação da empresa.

13.3 – A Habilitação deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

13.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (Artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

a) A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

13.3.1.1 – Diante da apresentação de Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, os referidos documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3.2 – HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

a) Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), pelo link de acesso: (http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal, pelo link de acesso: (http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1).

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede do licitante, mediante a apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, pelo link de acesso: (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf).

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, de forma a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante o referido Órgão. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011), pelo link de acesso: (https://www.tst.jus.br/certidao).

h) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso VI do Artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, conforme modelo do **ANEXO IX**;

13.3.2.1 – Todas as "Certidões Negativas" exigidas nas alíneas de "c" a "g", poderão ser apresentadas e aceitas, ainda que no formado de "Certidão Positiva com efeito de Negativa".

13.3.3 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais atualizações)

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão eletrônica.

13.3.3.1 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada em atendimento à exigência da alínea "a" acima for positiva, deverá a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

13.3.4 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração emitida pela licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do **ANEXO VI**;

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante de que a proponente não foi declarada inidônea, bem como não está cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitações, junto a órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, em virtude de contratos firmados anteriormente. (Modelo **ANEXO VI**).

c) Declaração emitida pela licitante de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (Modelo **ANEXO VI**).

d) Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. (Modelo **ANEXO VI**).

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Modelo **ANEXO VI**).

f) Indicação do responsável, ou responsáveis que assinarão o Contrato e o Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa, ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador, juntar o instrumento de mandato. (Modelo **ANEXO VI**).

g) Indicação das informações bancárias da conta corrente da empresa, constando: o nome do Banco, Agência e nº da conta corrente / pessoa jurídica. (Modelo **ANEXO VI**).

h) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que deverá ser apresentada nos termos do modelo estabelecido no **ANEXO V** do Edital.

i) Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte: Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006, que deverá ser apresentada de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO VII** deste Edital.

13.4 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.4.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas **até 180 (cento e oitenta)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

13.4.2 **Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise, e agilizar os trabalhos da comissão.**

13.4.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração, em conformidade ao disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 (Selo de Desburocratização e Simplificação). De acordo com o Art. 3º da Lei Federal nº 13.726/2018 incisos I, II, III, IV e V, aos quais são transcritos na sequência, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

V - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;

13.4.4 Os documentos emitidos via internet, dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério do Pregoeiro a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 13.4.1. deste Edital.

13.4.5 Todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante/fornecedor e, preferencialmente, constando o número do respectivo CNPJ. Se a licitante/fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

13.4.5.1 O Contrato, os Pedidos a serem efetuados e, posteriormente, as Notas Fiscais deverão ser emitidos pelo CNPJ habilitado no procedimento licitatório para participar do certame, e fornecer o bem objeto do presente edital, obedecendo ao estabelecido no item 13.4.5.

13.4.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.4.6.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.4.7 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.4.7.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

13.4.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.4.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.4.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A referida declaração poderá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, conforme Modelo **ANEXO VI;** ou ainda no momento da apresentação da Proposta Comercial Final – Modelo **ANEXO II**.

13.4.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.4.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma do Pregão Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.4.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.4.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.4.14 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

13.4.15 A verificação dos documentos na Plataforma do Pregão Eletrônico ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.4.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.4.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.4.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.4.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.4.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.4.13.

13.4.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.4.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação/assinatura do contrato, e não como condição para participação na licitação (Art. 42º da Lei Complementar nº 123/2006).

13.4.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.4.22 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4.23 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.4.24 Caso haja divergência entre os documentos solicitados na Plataforma do Pregão Eletrônico e os do edital, deverão prevalecer os documentos solicitados no edital que é a Lei Interna da Licitação, porém, nesses casos, após a verificação do Pregoeiro de inconsistências e divergências na Plataforma do Pregão Eletrônico, serão solicitados os documentos complementares à licitante vencedora, que serão posteriormente disponibilizados no campo DOCUMENTOS da plataforma para conferência e acompanhamento das demais licitantes.

13.5 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

13.5.1 Se a participante for microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins do exercício do direito de preferência de contratação e privilégios concedidos pelo disposto nos art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016, deverá efetuar o cadastramento em campo específico do sistema eletrônico e apresentar declaração, quando do encaminhamento dos documentos de habilitação, a ser elaborada de acordo com o Modelo estabelecido no **ANEXO VII** deste Edital.

13.5.2 Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

13.5.3 Entende-se por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), àquelas enquadradas nos limites determinados no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016, a saber:

a) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais);

b) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais).

13.5.3.1 Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

13.5.4 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar toda a documentação exigida nesta cláusula nona, inclusive os referentes à regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, cuja exigência far-se-á apenas para os fins de assinatura do contrato, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016.

13.5.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for comunicado oficialmente de que foi declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.5.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43, da LC nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do Art. 90 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

14.1 Com a finalização das fases de lances e de habilitação da sessão pública virtual, as licitantes declaradas vencedoras deverão encaminhar seus lances finais e vencedores na proposta nos termos do modelo da **Proposta de Preços Final – Anexo II** deste Edital, em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, em conformidade ao disposto no subitem 10.24.4 do item 10 do edital, devendo conter os seguintes elementos:

a) A denominação/razão social; CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail, banco, agência, número da conta corrente e data;

b) Número do Pregão e do Processo;

c) Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I,** nos termos do modelo da **Proposta de Preços Final - ANEXO II** deste Edital, e indicação da marca/modelo do item cotado.

d) **Preço unitário** e **total de cada item/lote**, observando-se a unidade de referência descrita na planilha do Edital e em moeda nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais e totais, apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, como por exemplo: embalagens, transportes, seguros, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas, diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento dos produtos.

e) Apresentar apenas uma marca (nome comercial) ou fabricante, bem como a descrição completa e detalhada dos itens licitados, constando a apresentação do produto (fórmulas, acondicionamento, embalagem, procedência, etc.) de maneira a demonstrar que o produto cotado atende às especificações técnicas exigidas.

f) O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação. Decorridos esses prazos, sem convocação para assinatura do Contrato ou retirada de documento equivalente, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.1.1 - A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto desta licitação, será interpretada como não existente, ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

14.1.2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para cada item, ou a cotação parcial de um item deste Edital.

14.1.3 - As licitantes **poderão** incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos, ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre a mesma.

14.1.3.1 - As informações (conforme item 9.2.1.1. do Edital) deverão ser compatíveis com as descrições do Termo de Referência – Anexo I.

14.1.4 - Prazos de entrega/Prestação de Serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

14.1.5 - Forma de entrega/execução: a entrega dos produtos/serviços cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, pelo período de 12 (doze) meses, será parcelada e deverá ser solicitada mediante apresentação de empenho e/ou pedido expedido pela seção competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.1.6 - Locais de entrega/prestação de serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

14.1.7 - **Para os efeitos da descrição a ser feita, nos termos da cláusula 9.2.1.1 do edital, o concorrente deverá considerar que as referências dos produtos, assim como algumas características mais específicas, eventualmente encontradas nas especificações técnicas, são meramente descritivas, e não restritivas. O concorrente poderá apresentar modelos, marcas ou catálogos alternativos, desde que comprove, de forma satisfatória ao ÓRGÃO LICITANTE, que o bem que oferece é substancialmente equivalente ou superior ao requerido na cláusula primeira deste edital.**

14.1.8 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos e, uma vez aberta, a proposta se achará vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte da proponente.

14.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3 – Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (Inciso II Art. 12º da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares (catálogo) estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 - Declarado o vencedor e após informação pela plataforma do Pregão Eletrônico de data e hora para a liberação da fase de manifestação de recurso, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar, dentro do prazo de **30 (trinta) minutos** a partir do avanço de fase no sistema (liberação de manifestação de recursos), **imediata** e **motivadamente a sua intenção**. **É de extrema importância o acompanhamento diário da plataforma pelos licitantes participantes de modo a se evitar a perca de prazo para a manifestação de recurso, não podendo posteriormente alegar desconhecimento dos prazos disponibilizados devido ao não acompanhamento da plataforma**.

15.2 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, respeitando-se o prazo para manifestação de recurso conforme informado no subitem 15.1 acima disposto.

15.4 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão (Pedido de RECONSIDERAÇÃO) no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior RECURSO HIERÁRQUICO), a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.bll.org.br **(Acesso Identificado)**.

15.12 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

16. DA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO

16.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal de Jacupiranga, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores/prestadores de serviços a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura da **CONTRATO**, que terá efeito de compromisso de fornecimento/prestação de serviços nas condições estabelecidas.

16.2 - A adjudicatária deverá, no prazo de **05 (cinco) dias** corridos contados da data da convocação, comparecer à Seção de Licitações – Departamento Municipal de Administração, à Avenida Hilda Mohring Macedo, nº 777 Vila Elias – CEP 11940-000 – Jacupiranga/SP, para assinar o **CONTRATO.** Poderá ainda **assinar digitalmente** o **CONTRATO** encaminhada através de meios digitais (e-mail, sistema de comunicação externa, entre outros).

16.3 – O não cumprimento do disposto no item 16.2 acima, onde a Adjudicatária se recuse a assinar o CONTRATO, injustificadamente, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, ficando a Adjudicatária sujeita à aplicação das sanções e penalidades previstas no item 21 deste Edital.

17. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

17.1 - O **Contrato**, permanecerá válido por um período de 12 (doze) meses, contados da assinatura; na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

17.1.2 Desta forma, em conformidade ao § 4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021, "*antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo*".

18. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados nos locais e horários a serem indicados pela municipalidade de acordo com o **ANEXO I – Termo de Referência**.

18.2. **No caso de entrega de produtos**: Os produtos cujos preços são registrados pelo presente procedimento, deverão ser entregues parceladamente, conforme programação e solicitação emitida pela seção competente, atendendo às necessidades dos Departamentos e Seções solicitantes do ÓRGÃO GERENCIADOR; devendo ser entregues e descarregados por funcionários do FORNECEDOR nos locais a serem indicados pela municipalidade, correndo por conta do FORNECEDOR as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.

18.2.1. O FORNECEDOR obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes em sua proposta, que deverá ser apresentada de acordo com as especificações constantes no **Termo de Referência – ANEXO I**.

18.2.2. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta do FORNECEDOR. O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, no local e endereço a serem informados pelo setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando da solicitação de entrega.

18.2.3. Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica o FORNECEDOR obrigado a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, ou imediatamente; sob a pena de incidência nas sanções capituladas no item 21 e subitens deste Edital.

18.3 **No caso de prestação de serviços**: Para a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

18.3.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer todos os equipamentos, utensílios e mão-de-obra qualificada, necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e/ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da CONTRATADA, que responderá pela realização dos serviços, independentemente da manifestação da fiscalização exercida pelas Secretarias do Órgão Licitante, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

18.3.2. O objeto da presente licitação, será recebido como "de acordo" pelos responsáveis pelas Secretarias Municipais que se utilizarão dos serviços, ao aplicar o carimbo e assinatura no verso da Nota Fiscal, referente ao faturamento dos serviços realizados.

18.3.3. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

c) Se disser respeito à diferença quantitativa ou qualitativa, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

18.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva o direito de adquirir no todo, ou em parte os itens/serviços do presente instrumento licitatório.

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1 A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo FORNECEDOR, deverá ser entregue juntamente com os produtos/finalização dos serviços, no local indicado pela seção competente do ÓRGÃO GERENCIADOR. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

19.2 O pagamento da Nota Fiscal seguirá o Cronograma de Desembolso estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo efetuado no seguinte período de: 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que a mesma seja entregue, devidamente atestada, na Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Finanças.

19.3 **A CONTRATADA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com cada Nota Fiscal emitida, as Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal; ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, atualizadas até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência**.

19.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do FORNECEDOR a ser informada junto com a documentação de sua proposta.

19.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.

19.6 Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

20. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

20.1. Os direitos e obrigações, assim como demais condições para execução do objeto pretendido, constam no Termo de Referência – **Anexo I** do edital, bem como no modelo de Contrato – **Anexo III** do edital.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. deixar de apresentar amostra (quando solicitado);

21.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através da Plataforma do Pregão Eletrônico (em campo próprio); através de sistema integrado disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga denominado Sistema Sem Papel (1Doc) ou ainda através de e-mail para o endereço eletrônico licitacao@jacupiranga.sp.gov.br,.

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)

23.1 As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório serão arcadas com recursos financeiros de origem de Tesouro, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.02 – CHEFIA DO GABINETE E DEPENDÊNCIAS – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0002.2019.0000 ATIVIDADES DA CHEFIA DO GABINETE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 28 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.05 – CONSELHO TUTELAR – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.243.0005.2020.0000 ADIANTAMENTOS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 61 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.07 – DEFESA CIVIL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.182.0007.2028.0000 ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 72 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.03.00 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0008.2025.0000 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 85 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.04.00 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – UNIDADE EXECUTORA: 02.04.01 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.123.0008.2026.0000 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 104 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.05.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.05.02 – EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.368.0010.2013.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 129 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.05.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.05.05 – TRANSPORTE ESCOLAR – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.368.0012.2078.0000 FORNECER TRANSPORTE DE QUALIDADE AOS EDUCANDOS DA REDE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 154 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.02 – DIVISÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.301.0017.2043.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 214 – FONTE 02 – ESTADUAL.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.02 – DIVISÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.301.0020.2049.0000 MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE SANITÁRIO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 233 – FONTE 05 – FEDERAL.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.03 – DIVISÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.302.0031.2072.0000 MANUTENÇÃO DAS AMBULÂNCIAS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 312 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.07.00 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – UNIDADE EXECUTORA: 02.07.01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.244.0014.2033.0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 332 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.10.00 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – UNIDADE EXECUTORA: 02.10.01 – PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0034.2122.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 354 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.11.00 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – UNIDADE EXECUTORA: 02.11.02 – CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E FROTA MUNICIPAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 15.452.0050.2138.0000 MANUTENÇÃO DA FROTA – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 426 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.13.00 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – UNIDADE EXECUTORA: 02.13.01 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0025.2056.0000 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 448 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.14.00 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TURISMO E LAZER – UNIDADE EXECUTORA: 02.14.01 – AGRICULTURA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.608.0041.2102.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 467 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.15.00 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – UNIDADE EXECUTORA: 02.15.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 27.812.0026.2060.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 503 – FONTE 01 – TESOURO.

23.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7 A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos; não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.jacupiranga.sp.gov.br, bem como na Plataforma do Pregão Eletrônico.

24.12 Fica eleito o **Foro** da Comarca de **Jacupiranga**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta licitação, com renúncia a qualquer outro por mais especial que seja.

24.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.13.1 ANEXO I – Termo de Referência;

24.13.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

24.13.2 ANEXO II – Proposta Comercial Final;

24.13.3 ANEXO III – Minuta do Contrato;

24.13.4 ANEXO IV – Modelo de Credenciamento do Representante da Licitante / Nomeação de Representante Legal;

24.13.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

24.13.6 ANEXO VI – Declaração de Conformidade;

24.13.7 ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

24.13.8 ANEXO VIII - Termo de Ciência e Notificação;

24.13.9 ANEXO IX – Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

24.13.10 ANEXO X – Recibo de Retirada do Edital;

24.13.11 ANEXO XI – Decreto nº 1.809/2019 – Acesso à Informação.

Jacupiranga, 06 de Junho de 2024.

EDINALVA FREITAS FARIAS RAMOS
Secretária Municipal de Administração

DENIS DA SILVA PINTO
Chefe da Seção de Licitação

GUILHERME ANDRADE DOS SANTOS JESUS
Chefe da Seção de Compras

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total, sendo cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha Leve (automóveis, motos), linha Médios (vans e caminhonetes), linha Pesados (Caminhões e ônibus/micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga/SP.

2 – DO FORNECIMENTO

As quantidades relacionadas na tabela abaixo, referem-se à previsão anual estimada para o fornecimento/prestação de serviços.

01 - COTA PRINCIPAL: AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS	APRES.	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO ORÇADO
01	PEUGEOT BOXER FURGAO PK – Ano 2022 – Placa FXW9D72 – Chassi VF3YEBRFCP2W10742	UNIDADE	01	R$ 6.102,85
02	FIAT UNO MILLE – Ano 2007 – Placa DMN-3262 – Chassi 9BWBE72S92R220758	UNIDADE	01	R$ 3.038,64
03	GOL 1.0 VOLKSWAGEN – Ano 2013 – Placa EOD-4113 – Chassi 9BWAA05W8DP095909	UNIDADE	01	R$ 3.476,73
04	FIAT PULSE MT – Ano 2022 – Placa GKE-0G62 – Chassi 9BD363A13NYZ39015	UNIDADE	01	R$ 3.857,09
05	FIAT PULSE MT – Ano 2022 – Placa BTZ-5J63 – Chassi 9BD363A1LPPY85398	UNIDADE	01	R$ 3.857,09
06	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa BZA-7G35 – Chassi 9BD281B4JPYY03074	UNIDADE	01	R$ 4.480,39
07	KWID RENAULT – Ano 2018 – Placa GDV-5097 – Chassi 93YRBB003JJ054577	UNIDADE	01	R$ 3.506,05
08	SANDERO AUTHENTIQUE S. ESPECIAL 1.0 RENAULT – Ano 2019 – Placa GIL-5167 – Chassi 93Y5SRF84KJ427856	UNIDADE	01	R$ 3.591,69
09	SPIN LT 1.8 CHEVROLET – Ano 2019 – Placa FBY-0931 – Chassi 9BGJB7520JB239390	UNIDADE	01	R$ 3.872,35
10	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa EXU 7G57 – Chassi 9BG144DK0NC403044	UNIDADE	01	R$ 3.744,48
11	RENEGADE STD AT 1.8. JEEP – Ano 2022 – Placa GHQ-7H45 – Chassi 98861118XMK460422	UNIDADE	01	R$ 4.158,95
12	MOTOCICLETA CG 150 HONDA– Ano 2015 – Placa FHJ 7540 – Chassi 9C2KC1680FR565180	UNIDADE	01	R$ 1.689,57
13	SAVEIRO PICKUP CS VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa EOD-4107 – Chassi 9BD27844PC7514952	UNIDADE	01	R$ 3.430,49
14	GOL 1.6. VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa DMN-3272 – Chassi 9BWAB05U5CT021865	UNIDADE	01	R$ 3.369,69
15	HONDA CIVIC SPORT 2.0 – Ano 2018 – Placa GCL-0921 – Chassi 8AFAR23LXJJ042482	UNIDADE	01	R$ 3.688,73
16	SPIN CHEVROLET 1,8L GM – Ano 2014 – Placa FQY-6C85 – Chassi 9BGJB75Z0EB287284	UNIDADE	01	R$ 3.591,48
17	FIAT ENDURANCE CS – Ano 2022 – Placa DOF-8B75 – Chassi 9BD281A22NYW57058	UNIDADE	01	R$ 4.273,02
18	CHEVROLET / S10 LT DD4A – Ano 2021 – Placa GGI-0C56 – Chassi 9BG148FK0NC429006	UNIDADE	01	R$ 4.578,25
19	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa CTL-6E95 – Chassi 9BD281B4JPYY03056	UNIDADE	01	R$ 4.480,39
20	MICRO ONIBUS AGRALE – Ano 2001 – Placa CZA-7510 – Chassi 9BYC22K1S1COOI286	UNIDADE	01	R$ 6.275,17
21	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW – Ano 2006 – Placa CZA-7512 – Chassi 9BWR682W06R608469	UNIDADE	01	R$ 7.108,55
22	FIAT DOBLO ATTRATIVE – Ano 2012 – Placa DMN-3276 – Chassi 9BD119707C1091568	UNIDADE	01	R$ 3.521,54
23	FORD CARGO 816 – Ano 2019 – Placa FGT-7158 – Chassi 9BFVEADS4JBS44495	UNIDADE	01	R$ 9.743,15
24	VW ENTREGA CAMINHAO VOLKSWAGEN – Ano 2010 – Placa DMN-3270 – Chassi 9531952P1AR004620	UNIDADE	01	R$ 8.946,30
25	PICKUP RANGER CABINE DUPLA FORD – Ano 2018 – Placa GFA-9106 – Chassi 8AFAR23LXJJ042482	UNIDADE	01	R$ 4.415,39
26	FORD FIESTA HATCH – Ano 2010 – Placa DMN-3269 – Chassi 9BFZF55P3A8498650	UNIDADE	01	R$ 3.132,53
27	SPIN 1.8 CHEVROLET – Ano 2018 – Placa GEZ-0965 – Chassi 9BGJG7520JB184391	UNIDADE	01	R$ 3.821,17
28	VAN FIAT DUCATO FIAT– Ano 2014 – Placa EOD-4115 – Chassi 93W244M24E2128808	UNIDADE	01	R$ 5.754,99
29	FIAT ESTRADA ADVENTURE – Ano 2010 – Placa DMN-3267 – Chassi 9BD27844DA7206283	UNIDADE	01	R$ 3.251,85
30	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa FOP-2G86 – Chassi 9BD281B9JPYY22991	UNIDADE	01	R$ 4.486,79
31	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES RENAULT – Ano 2018 – Placa FVF-1374 – Chassi 93YMAF4XEJJ158719	UNIDADE	01	R$ 6.556,91
32	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES RENAULT – Ano 2018 – Placa FYI-9945 – Chassi 93YMAF4XEJJ158703	UNIDADE	01	R$ 6.556,91

33	MARCOPOLO VOLARE V6L VOLKSWAGEN – Ano 2014 – Placa FMX-9551 – Chassi 93PB75M1MEC050999	UNIDADE	01	R$ 7.259,26
34	M. BENZ/OF 1519 M. BENZ – Ano 2017 – Placa FNM-7792 – Chassi 9BM384069HB062469	UNIDADE	01	R$ 7.913,83
35	MASCAGRANMINI ONIBUS VOLKSWAGEN – Ano 2014 – Placa DJM-8314 – Chassi 9532M52P9ER416468	UNIDADE	01	R$ 7.117,96
36	VAN IVECO ADAPTADA – Ano 2022 – Placa GIP-2E56 – Chassi 93ZK042CZP8503946	UNIDADE	01	R$ 6.998,58
37	ONIBUS ESCOLAR MB – Ano 2020 – Placa GAA-1C03 – Chassi 9BM979277LB15594B	UNIDADE	01	R$ 8.027,55
38	ONIBUS IVECO FIAT MICRO CITY – Ano 2012 – Placa DMN-3274 – Chassi 93ZL68B01C8432521	UNIDADE	01	R$ 7.089,44
39	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW – Ano 2006 – Placa CZA-7511 – Chassi 9BWR682W66R608055	UNIDADE	01	R$ 7.108,55
40	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7603 – Chassi 9532E82W1ER414896	UNIDADE	01	R$ 7.521,47
41	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7803 – Chassi 9532M52P3ER418880	UNIDADE	01	R$ 7.117,94
42	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7646 – Chassi 9532E82W8ER415642	UNIDADE	01	R$ 7.521,47
43	ONIBUS M.BENZ/LO 916 ESC R – Ano 2022/2023 – Placa FSI-9C25 – Chassi 9BM979272PB285802	UNIDADE	01	R$ 8.916,86
44	VAN PEUGEOT BOXER PEUGEOT – Ano 2007 – Placa DMN-3264 – Chassi 936BPMMB72011316	UNIDADE	01	R$ 5.551,23
45	CHEVROLET ONI OMT JOY – Ano 2019 – Placa GED-0654 – Chassi 9BGKL48UOKB220660	UNIDADE	01	R$ 3.522,38
46	CHEVROLET S-10 LS DS4 AMBULANCIA – Ano 2022 – Placa BZG-1D45 – Chassi 9BG144DK0NC403044	UNIDADE	01	R$ 7.342,47
47	CHEVROLET SPIN 1.8 L PREMIER – Ano 2020 – Placa DAY-9099 – Chassi 9BGJP7520LB124047	UNIDADE	01	R$ 3.979,38
48	DOBLO RONTAN FIAT – Ano 2011 – Placa DJL-5142 – Chassi 9BD223156B2018895	UNIDADE	01	R$ 3.452,53
49	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa FCO-3A67 – Chassi 9BHCN51AANP239652	UNIDADE	01	R$ 3.744,48
50	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa GBD-2157 – Chassi 9BHCN51AANP239783	UNIDADE	01	R$ 3.744,48
51	KWID INTENSE 1.0 RENAULT – Ano 2019 – Placa FKN-5027 – Chassi 93YRBB000KJ560367	UNIDADE	01	R$ 3.594,30
52	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX – Ano 2013 – Placa EOD-4112 – Chassi 9BFZF5493E8044244	UNIDADE	01	R$ 3.146,23
53	PALIO ELX FLEX FIAT – Ano 2008 – Placa DNE-7722 – Chassi 9BD17140G85119081	UNIDADE	01	R$ 3.081,85
54	SANDERO B4M AUTI8 RENAULT – Ano 2018 – Placa FYI-5306 – Chassi 93YMAF4XEJJ1587194	UNIDADE	01	R$ 3.500,00
55	UNO ATTRATIVE 1.0 FIAT – Ano 2016 – Placa FPN-8936 – Chassi 9BD195A4ZG0762764	UNIDADE	01	R$ 3.128,15
56	UNO MILLE FIRE. FIAT– Ano 2007 – Placa DMN-3263 – Chassi 9BD15802774910710	UNIDADE	01	R$ 3.038,64
57	UP TAKE MA VOLKSWAGEN – Ano 2015 – Placa FZE-4819 – Chassi 9BWAG4122FT564463	UNIDADE	01	R$ 3.232,28
58	UP TAKE MA VOLKSWAGEN – Ano 2015 – Placa FCG-5619 – Chassi 9BWAG4126FT564465	UNIDADE	01	R$ 3.232,28
59	MASTER F2 REV. AMBULÂNCIA – Ano 2023 – Placa EQJ-8A95 – Chassi 93YF62004PJ243450	UNIDADE	01	R$ 11.034,26
60	MASTER GRAND FURGAO L2H2 2.3 RENAULT – Ano 2019 – Placa FOA-2556 – Chassi 93YMAFEXCKJ311566	UNIDADE	01	R$ 7.264,48
61	MASTER LH2 RENAULT – Ano 2022 – Placa FVX-8G04 – Chassi 93YMAFEXCNJ035348	UNIDADE	01	R$ 7.296,60
62	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES – Ano 2021 – Placa FLQ-1I53 – Chassi 93YMEN4XEMJ355493	UNIDADE	01	R$ 7.171,36
63	MONTANA PICKUP UP LS 1.4 GM – Ano 2015 – Placa FYL-9816 – Chassi 9532E82W8ER415642	UNIDADE	01	R$ 3.703,12
64	PEUGEOT PARTNER AMBULANCIA – Ano 2019 – Placa GCA-6533 – Chassi 8AEGCNFN8KG510527	UNIDADE	01	R$ 5.938,64
65	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA – Ano 2008 – Placa GHV-7896 – Chassi 93YMAF4XEKJ527818	UNIDADE	01	R$ 7.163,77
66	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA – Ano 2019 – Placa GBQ-1547 – Chassi 93YMEN4XEKJ647987	UNIDADE	01	R$ 9.744,88
67	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA – Ano 2019 – Placa GJK-0925 – Chassi 93YMAF4XEKJ527859	UNIDADE	01	R$ 9.744,88
68	SPRINTER RONTAN MB – Ano 2014 – Placa DJL-4878 – Chassi BAC906633EE090530	UNIDADE	01	R$ 7.933,64
69	VAN MASTER MINIBUS EXECUTIVE L3H2 – Ano 2023 – Placa CUL-6D59 – Chassi 93YJ62006PJ202229	UNIDADE	01	R$ 7.544,26
70	CAMINHAO AGRALE 8500 – Ano 2010 – Placa DMN-3268 – Chassi 9BYC27Y2SAC002268	UNIDADE	01	R$ 8.914,94
71	CAMINHAO COLETOR 9150 DELIV.VOLKSWAGEN – Ano 2011 – Placa DMN-3271 – Chassi 9533A62PXBR114221	UNIDADE	01	R$ 9.147,65
72	CAMINHAO INTERNATIONAL 4400 NAVISTAR – Ano 2014 – Placa FQE-0481 – Chassi 978MSTBT3ER037031	UNIDADE	01	R$ 11.500,62
73	CAMINHAO VW 13180 CN VOLKSWAGEN – Ano 2002 – Placa CZA-7504 – Chassi 9BWBE72S92R220758	UNIDADE	01	R$ 9.178,66
74	CAMINHAO VW 23210 VOLKSWAGEN – Ano 2005 – Placa DMN-3261 – Chassi 9BWWF82T65R535678	UNIDADE	01	R$ 9.836,67
75	CAMINHAO PIPA M.BENZ/ATGO 1726 – Ano 2022 – Placa GHY-4C53 – Chassi 9BM958154PB311446	UNIDADE	01	R$ 12.000,00
76	CARGO 1419 EURO FORD – Ano 2019 – Placa GAD-2465 – Chassi 9BFXEACB6KBS74223	UNIDADE	01	R$ 12.000,00
77	CAMINHAO CAÇAMBA VW 14.190CRM 4X2 – Ano 2022 – Placa CSK-9G01 – Chassi 9536E7238PR009302	UNIDADE	01	R$ 9.130,74

78	FORD CARGO 1317 CN – Ano 2012 – Placa DMN-3275 – Chassi 9BFXEAEU7CBS99566	UNIDADE	01	R$ 9.271,79
79	FORD CARGO 2626 LIEBHERR HTM – Ano 2003 – Placa ALT-0865 – Chassi 9BF2TNYT53BB27807	UNIDADE	01	R$ 8.787,90
80	CAMINHAO BASCULANTE VOLVO – Ano 2022 – Placa GBE-9F32 – Chassi 93KK0S1D2NE185310	UNIDADE	01	R$ 12.110,87
81	MERCEDES BENZ LS 1634 – Ano 2008 – Placa DVS-1312 – Chassi B559119	UNIDADE	01	R$ 7.830,17
82	PRANCHA RANDON – Placa CDE-7346 – Chassi S116912	UNIDADE	01	R$ 6.999,78
83	CAÇAMBA RANDON MES 2758 – Ano 2006 – Placa MDC-5534 – Chassi 9AD080366M233810	UNIDADE	01	R$ 6.350,76
84	MOTOCICLETA 150 NXR BROS HONDA – Ano 2006 – Placa CRX-3837 – Chassi 9C2KD03206R014422	UNIDADE	01	R$ 1.478,70
85	MOTOCICLETA KAZINSKI 150CC – Ano 2012 – Placa DET-4192 – Chassi 9BFVEADS4JBS44495	UNIDADE	01	R$ 1.788,64
86	MOTOCICLETA CG 125 FAN HONDA – Ano 2012 – Placa CRX-3836 – Chassi 9531952P1AR004620	UNIDADE	01	R$ 1.788,64
87	FIAT STRADA ADVENTURE. F – Ano 2012 – Placa DMN-3278 – Chassi 9BD27844PC7514952	UNIDADE	01	R$ 1.881,56
88	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa CIP-8E24 – Chassi 9BD281B9JPYX94817	UNIDADE	01	R$ 4.486,79
89	SAVEIRO PICKUP VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa EOD-4108 – Chassi 9BWKB05U0CP194268	UNIDADE	01	R$ 3.430,49
90	VW KOMB – Ano 2009 – Placa AQZ-9910 – Chassi 9BWMF07X09P022416	UNIDADE	01	R$ 3.686,45
91	KOMBY VW 1.6. VOLKSWAGEN – Ano 2009 – Placa EFT-4986 – Chassi 9BWMF07X39P021468	UNIDADE	01	R$ 3.686,45
VALOR GLOBAL DO LOTE				**R$ 526.070,93**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS para os veículos da linha Leve (automóveis, motos), linha Médios (vans e caminhonetes), linha Pesados (Caminhões e ônibus / micro ônibus)e implementos/equipamentos pertencentes à Frota Oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de seguro justifica-se pela necessidade da proteção patrimonial para os veiculos da frota de propriedade da Prefeitura, e visa proporcionar mais segurança no caso de eventuais responsabilidades por indenizações e ressarcimentos de danos a terceiros, considerando que esses veículos circulam em vias de tráfego intenso tanto em vias urbanas, rurais, como em rodovias.

2.1. Considerando ainda que a vigência da renovação atual do contrato de seguro 001/2023 da frota de veículos desta Prefeitura expirou em 01/05/2024, há a necessidade urgente de abertura de novo processo licitatório do referido seguro para manter a cobertura total da frota municipal, e ainda a necessidade de proteção patrimonial para os veículos da Prefeitura de Jacupiranga.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo setor responsável pelo veículo e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme segue:

3.1.1. Cobertura compreensiva: Roubo ou furto total, colisão, incêndio, inundação bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros, retrovisores, farois e laternas, com isenção de franquia.

3.1.2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, excluidas indenizações por danosmateriais ou pessoais causados a terceiros;

3.1.3. Colisão com veiculos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veiculos do próprio Município;

3.1.4. Descarga atmosférica (raio) e suas consequências;

3.1.5. Incêndio e explosão, ainda que resultante de atos danosos praticados de forma isolada eeventual por terceiros;

3.1.6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veiculo;

3.1.7. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

3.1.8. Submersão total ou parcial em água proveniente de enchente ou inundações, inclusive

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

3.1.9. quando guardado em subsolo;

3.1.10. Queda de granizo;

3.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

- ✓ Danos materiais de até R$ 300.000,00
- ✓ Danos pessoais (corporais) de até R$ 300.000,00
- ✓ Danos morais, cobertura até R$ 100.000,00
- ✓ Acidente Pessoal de Passageiros (APP – Morte ou Invalidez) de até R$ 100.000,00 por individuo;
- ✓ Despesas Médicas Hospitalares (DMH) de até R$ 100.000,00 por indivíduo;

3.1.12. Assistência 24 horas, compreendendo no mínimo:

a) Chaveiro.

b) Assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico e cobertura de guincho ilimitado;

c) Assistência com guincho livre de quilometragem e sem limite de atendimento durante a vigência docontrato;

d) Transporte dos passageiros (ilimitado o número de pessoas) por imobilização do veículo segurado;

e) Transporte dos passageiros por roubo ou furto do veículo;

f) Carro reserva por até 30 (trinta) dias, em caso de sinistro.

3.2. Valores de cobertura:

3.2.1. 100% da tabela FIPE para veículos inclusos no órgão.

3.2.2. Valor determinado: consiste em valor previsto no contrato e ou por 03 preços médios de órgãos reconhecidos como referência para valores de carros, caminhões, ônibus ou outros que necessitem desse parâmetro.

3.3. Disponibilizar concessionárias referenciadas pela seguradora, que atenda veículos multimarcas ou oficinas referenciadas pela seguradora, de livre escolha, ambos na cidade ou na região em um raio máximo de 50 quilômetros da sede da contratante e empresa prestadora de guinchos (plataforma).

3.4. Disponibilizar empresas referenciadas pela seguradora, na cidade ou na região em um raio máximo de 50 quilômetros, para atendimento de substituição de para-brisas, vidros, faróis e lanternas;

3.5. Para os veículos dentro do prazo de garantia do fabricante, em casos de sinistros (colisão, incêndio, roubo, danos elétricos e pane elétrica), deverão ser removidos para as respectivas concessionárias mais próximas da contratante, de acordo com o fabricante do veículo.

3.6. Para todo e qualquer evento que impossibilite as locomoções dos veículos, a contratada se obrigará a remover o veículo e seus ocupantes num tempo máximo de 2:00 horas, independentemente da quantidade de passageiros que estiverem no veículo (van, ônibus, micro-ônibus, ambulância ou veículo leve), os ocupantes deverão ainda serem removidos para diferentes lugares de acordo com a necessidade e de onde ocorreu o evento, sem limite de atendimento por veículo e de quilometragem.

3.7. Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

de Seguros Privado- SUSEP e que a seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

4. DO PERFIL DOS MOTORISTAS

4.1. Características individuais dos motoristas, como idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

5. DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA

5.1. Os veiculos da frota municipal são conduzidos por servidores e motoristas, enquanto que no Municipio de Jacupiranga, permanecem recolhidos na garagem municipal e em patios e estacionamento fechados.

6. DO ENDOSSO

6.1. Caso o CONTRATANTE adquira novos veiculos, estes poderão fazer parte do contrato, por meio de substituição (supressão e acréscimo).

6.2. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo Município e processada pela seguradora, mediante autorização do setor responsável pelo contrato.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo de vigência do contrato de seguro será de 12 (doze) meses.

7.2. Caberá a CONTRATADA emitir as apólices de seguro e entregá-las ao setor responsável no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão do empenho. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veiculos, classe de bônus etc.;

7.3. O prazo para atender aos chamados do CONTRATANTE será de no máximo 02 (duas) horas.

7.4. O prazo máximo para a execução dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados da comunicação do sinistro pelo CONTRATANTE.

7.5. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do sinistro pelo contratante.

8. DAS FRANQUIAS

A franquia máxima considerada será de:

Franquia máxima (R$)	**Categoria de veículos**
R$ 2.200,00	Leves (automóveis, motos)
R$ 2.600,00	Médios (vans e caminhonetes)
R$ 3.200,00	Pesados (Caminhões e ônibus / micro ônibus)
R$ 1.200,00	Implementos/equipamentos

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

8.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

8.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Prefeitura de Jacupiranga. O pagamento da franquia deverá ser efetuado à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;

8.4. As franquias para cobertura de para brisas, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores externos, faróis, lanternas, deverão ser gratuitas.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Município no período da vigência do seguro.

9.2. A administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, força maior, ou qualquer outro que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos a uma comissão.

9.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

10. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, em até 30 dias após o fornecimento e emissão da Nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização;

b) definitivamente, após comprovação da adequação do objeto aos termos contratuais.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e acompanhamento dos serviços serão exercidos pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, a quem compete verificar se a empresa está realizando os serviços, obedecendo ao Termo de Referência, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

12.2. A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

13. A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da contratante e não exclui nem reduz a

3 pessoas GILBERTO DOLMEIRA ALVES, THIAGO NOVAES ARCHIE e ANDRE LEANDRO
a validade das assinaturas nesse https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/1104-BAE7-9CC5-A401 e informe o código 1104-BAE7-9CC5-A401

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e/ou prepostos.

14. Relação dos veiculos e equipamentos: caçambas/tanques/carrocerias/pranchas/coletor de lixo/poliguindaste/baús.

ITEM Nº	SECRETARIA	VEÍCULO DA LINHA LEVE LOTE 01	ANO FAB	PLACA	CHASSI	VALOR PRINCIPAL	VALOR DO EQUIPAMENTO CARROCERIA/ CAÇAMBA	FRANQUIA DO VEÍCULO/ IMPLEMENTO
1.	SECRETARIA SAUDE - AMBULÂNCIA	MONTANA PICKUP LS 1.4 GM	2015	FYL-9816	9BGCA80X0FB217236	TABELA FIPE		2.200,00
2.	SECRETARIA SAUDE-AMBULÂNCIA	PEUGEOT PARTNER AMBULANCIA	2019	GCA 6533	8AEGCNFN1KG510527	TABELA FIPE		2.200,00
3.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	CHEVROLET S-10 LS D54 AMBULANCIA	2022	SZG-1D45	9BG144DK0NC403044	TABELA FIPE		2.200,00
4.	SECRETARIA SAUDE	CHEVROLET SPIN 1.8 L PREMIER	2020	DAY 9099	9BGJP7520LB124047	TABELA FIPE		2.200,00
5.	SECRETARIA SAUDE - ZOONOSES	DOBLO RONTAN FIAT	2011	DIL-5B42	9BD22315682014895	TABELA FIPE		2.200,00
6.	SECRETARIA SAUDE-ATENÇÃO BÁSICA	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	FCO 3A67	9BHCN51AANP239812	TABELA FIPE		2.200,00
7.	SECRETARIA SAUDE-ATENÇÃO BASICA	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	FBD 2I67	9BHCN51AANP239783	TABELA FIPE		2.200,00
8.	SECRETARIA SAUDE-ATENÇÃO BASICA	KWID INTENSE 1.0 RENAULT	2019	FKN-5027	93YRBB000KJ560367	TABELA FIPE		2.200,00
9.	SECRETARIA DE SAUDE-ATENÇÃO BÁSICA	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2013	EOD-4112	9BFZF54P3E8044244	TABELA FIPE		2.200,00
10.	SECRETARIA SAUDE-ATENÇAO BÁSICA	PALIO ELX FLEX FIAT	2008	DNE-7722	9BD17140G85119081	TABELA FIPE		2.200,00
11.	SECRETARIA SAUDE – ATENÇÃO BÁSICA	UNO ATTRATIVE 1.0 FIAT	2016	FPN-8936	9BD195A4ZG0752764	TABELA FIPE		2.200,00
12.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UNO MILLE FIRE FIAT	2007	DMN-3263	9BD15802774910710	TABELA FIPE		2.200,00
13.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UP TAKE MA VOLKSWAGEN	2015	FZE-4519	9BWAG4122FT564463	TABELA FIPE		2.200,00
14.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UP TAKE MA VOLKSWAGEN	2015	FCG-5619	9BWAG4126FT564465	TABELA FIPE		2.200,00
15.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	CHEVROLET ONI OMT JOY	2019	GED 0654	9BGKL48U0KB220660	TABELA FIPE		2.200,00
16.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	SANDERO B4M AUTH RENAULT	2018	FYI-5306	93Y5SRF84JJ154845	TABELA FIPE		2.200,00
17.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FIAT DOBLO ATTRATIVE	2012	DMN-3276	9BD119707C1091568	TABELA FIPE		2.200,00
18.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PICKUP RANGER CABINE DUPLA FORD	2018	GFA-9106	8AFAR23LXJJ042482	TABELA FIPE		2.200,00
19.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FORD FIESTA HATCH	2010	DMN-3269	9BFZF55P3A8498650	TABELA FIPE		2.200,00
20.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SPIN 1.8 CHEVROLET	2018	GEZ-0965	9BGJG7520JB184393	TABELA FIPE		2.200,00
21.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VAN FIAT DUCATO FIAT	2014	EOD 4115	93W244M24E2128808	TABELA FIPE		2.000,00
22.	SECRETARIA EDUCAÇÃO	FIAT ESTRADA ADVENTURE	2010	DMN-3267	9BD27844DA7206283	TABELA FIPE		2.200,00
23.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX	2022	FOP-2G86	9BD281B51FYY22891	TABELA FIPE		2.200,00
24.	PLANEJAMENTO E FINANÇAS	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	EIU 7657	9BHCL51AANP257970	TABELA FIPE		2.200,00
25.	SECRETARIA PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO	RENEGADE STD AT 1.8 JEEP	2022	GHO-7H45	988611118XMK460422	TABELA FIPE		2.200,00
26.	SECRETARIA PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO	MOTOCICLETA CG 150 HONDA	2015	FHI 7540	9C2KC1660FR565180	TABELA FIPE		2.200,00
27.	GABINETE DO PREFEITO	GOL 1.6 VOLKSWAGEN	2012	DMN-3272	9BWAB05U5CT021865	TABELA FIPE		2.200,00
28.	GABINETE DO PREFEITO	HONDA CIVIC SPORT 2.0	2018	GCL-0921	93HFC2630JZ211798	TABELA FIPE		2.200,00
29.	DEFESA CIVIL	FIAT ENDURANCE CS	2022	DOF-8875	9BD281A22NYW57058	TABELA FIPE		2.200,00
30.	BOMBEIRO	CHEVROLET / S10 LT DD4A	2021	GGI-0C56	9BG148FN0NC429006	TABELA FIPE		2.200,00
31.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA 150 NXR BROS HONDA	2006	CRX-3837	9C2KD03206R014422	TABELA FIPE		2.200,00
32.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA CG 125 FAN HONDA	2012	CRX-3836	9C2JC4110CR484450	TABELA FIPE		2.200,00
33.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FIAT STRADA ADVENTURE F	2012	DMN-3278	9BD27844PC7514952	TABELA FIPE		2.200,00

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

34.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX	2022	CIP-8E24	9BD281B9JPYX94817	TABELA FIPE		2.200,00
35.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	SAVEIRO PICKUP VOLKSWAGEN	2012	EOD-4108	9BWKB05U0CP194268	TABELA FIPE		2.200,00
36.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	VW KOMBI	2009	AQZ 9910	9BWMF07X09P022416	TABELA FIPE		2.200,00
37.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	KOMBY VW 1.6 VOLKSWAGEN	2009	EFT-4986	9BWMF07X39P021468	TABELA FIPE		2.200,00
38.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA KAZINSKI 150CC	2012	DET 4192	93FCMACMBCM013070R EM	TABELA FIPE		2.200,00
39.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT UNO MILLE	2007	DMN-3262	9BD15802774910753	TABELA FIPE		2.600,00
40.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GOL 1.0 VOLKSWAGEN	2013	EOD-4813	9BWAA05W8DP095909	TABELA FIPE		2.200,00
41.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT PULSE MT	2022	GKE-0G62	9BD363A13NYZ39015	TABELA FIPE		2.200,00
42.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT PULSE MT	2022	BTZ-5J63	9BD363A1LPPY85398	TABELA FIPE		2.200,00
43.	SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX	2022	BZA-7G35	9BD281B4JPYY03074	TABELA FIPE		2.200,00
44.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	KWID RENAULT	2018	GDV-5097	93YRBB003JJ054577	TABELA FIPE		2.200,00
45.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SANDERO AUTHENTIQUE S. ESPEC. 10RENAULT	2019	GIL-5167	93Y5SRF84KJ427856	TABELA FIPE		2.200,00
46.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SPIN LT 1.8 CHEVROLET	2019	FBY-0931	9BGJB7520JB239390	TABELA FIPE		2.200,00
47.	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SAVEIRO PICKUP CS VOLKSWAGEN	2012	EOD-4107	9BWKB05U2CP192439	TABELA FIPE		2.200,00
48.	SECRETARIA AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX	2022	CTL-6E95	9BD281B4JPYY03056	TABELA FIPE		2.200,00
49.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PEUGEOT BOXER FURGAO PK	2022	FXW9D72	VF3YEBRFCP2W10742	TABELA FIPE		2.600,00
50.	CONSELHO TUTELAR	SPIN CHEVROLET 1.8L GM	2014	FQY-6C85	9BGJB7520EB287284	TABELA FIPE		2.200,00

O custo do lote 01 mediana estimado da contratação é de R$ 184.781,12 (Cento e Oitenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e Um Reais e Doze Centavos).

ITEM Nº	SECRETARIA	VEÍCULO DA LINHA MÉDIO LOTE 02	ANO FAB	PLACA	CHASSI	VALOR PRINCIPAL	VALOR DO EQUIPAMENTO CARROCERIA/ CAÇAMBA	FRANQUIA DE VEÍCULO/ IMPLEMENTO
51.	SECRETARIA SAÚDE-AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER F2 REV. AMBULÂNCIA	2023	EQJ-8A95	93YF62004PJ243450	TABELA FIPE		2.600,00
52.	SECRETARIA SAÚDE - AMBULANCIA	RENAULT MASTER LH2	2022	FVX-8G04	93YMAFEXCNJ035348	TABELA FIPE		2.600,00
53.	SECRETARIA SAÚDE-AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER MINIBUS EXECUTIVE L3H2	2023	CUL-6D59	93YJ62006PJ202229	TABELA FIPE		2.600,00
54.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER GRAND FURGÃO L2H2 2.3	2019	FOA-2556	93YMAFEXCKJ311566	TABELA FIPE		2.600,00
55.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2021	FLQ-1I53	93YMEN4XEMJ355483	TABELA FIPE		2.600,00
56.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA	2008	GHV 7896	93YMAF4XEKJ527818	TABELA FIPE		2.600,00
57.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA	2019	SBQ 1547	93YMEN4XEKJ647987	TABELA FIPE		2.600,00
58.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULÂNCIA	2019	GIK 0925	93YMAF4XEKJ527859	TABELA FIPE		2.600,00
59.	SECRETARIA SAÚDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	SPRINTER RONTAN MB	2014	DIL-4878	BAC906633EE090530	TABELA FIPE		2.600,00
60.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2018	FVF-1D74	93YMAF4XEJJ158719	TABELA FIPE		2.600,00
61.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2018	FYI-9I45	93YMAF4XEJJ158703	TABELA FIPE		2.600,00
62.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VAN IVECO ADAPTADA	2022	GIP-2E56	93ZK042CZP8503946	TABELA FIPE		2.600,00
63.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VAN PEUGEOT BOXER PEUGEOT	2007	DMN-3264	936BPMMB72011316	TABELA FIPE		2.600,00

O custo do lote 02 mediana estimado da contratação é de R$ 100.561,76 (Cem Mil e Quinhentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Seis Centavos).

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

ITEM	SECRETARIA	VEÍCULO DA LINHA PESADO/EQUIPAMENTOS/IMPLEMENTOS LOTE 03	ANO FAB	PLACA	CHASSI	VALOR PRINCIPAL	VALOR DO EQUIPAMENTO CARROCERIA CAÇAMBA	FRANQUIA DO VEÍCULO IMPLEMENTO
64.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	MARCOPOLO VOLARE V8L VOLKSWAGEN	2014	FMX-9551	93PB75M1MEC050999	TABELA FIPE		3.200,00
65.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- TRANSPORTE ESCOLAR	M.BENZ/OF 1519 MERCED. BENS	2017	FNM-7792	9BM384069HB062469	TABELA FIPE		3.200,00
66.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	MASCAGRANMINI ONIBUS VOLKSWAGEN	2014	DIM-8314	9532M52P3ER416468	TABELA FIPE		3.200,00
67.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS ESCOLAR MBB	2020	GAA 1C03	9BM979277LB155948	TABELA FIPE		3.200,00
68.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS IVECO FIAT MICRO CITY	2012	DMN-3274	93ZL68B01C8432521	TABELA FIPE		3.200,00
69.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW	2006	CZA-7511	9BWR632W66R606055	TABELA FIPE		3.200,00
70.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DIM-7603	9532E82W1ER414996	TABELA FIPE		3.200,00
71.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DIM-7803	9532M52P3ER418880	TABELA FIPE		3.200,00
72.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DIM-7646	9532E82W8ER415642	TABELA FIPE		3.200,00
73.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR	ONIBUSM.BENZ/LO 916 ESC R	2022	FSI-9C25	9BM979282PB275802	TABELA FIPE		3.200,00
74.	MERENDA ESCOLAR	FORD CARGO 816	2019	FGT-7158	9BFVEAD54JBS44495	TABELA FIPE	R$ 90.000,00	3.200,0/ 1.200,00
75.	MERENDA ESCOLAR	VW CAMINHAO VOLKSWAGEN	2010	DMN-3270	9531952P1AR004620	TABELA FIPE	R$ 80.000,00	3.200,0/ 1.200,00
76.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO AGRALE 8500	2010	DMN-3268	9BYC37V2SAC002268	TABELA FIPE	R$ 70.000,00	3.200,00/ 1.200,00
77.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO COLETOR 9150 DELIV VOLKSWAGEN	2011	DMN-3271	9533A62PXBR114221	TABELA FIPE	R$ 80.000,00	3.200,00/ 1.200,00
78.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO INTERNATIONAL 4400 NAVISTAR	2014	FQE-0481	3HAMSTBT3ER017031	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
79.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO VW 13180 CN VOLKSWAGEN	2002	CZA-7504	9BWBE72S92R220758	TABELA FIPE	R$ 150.000,00	3.200,00/ 1.200,00
80.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO VW 23210 VOLKSWAGEN	2005	DMN-3261	9BWWF82T05R535678	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
81.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO PIPA M.BENZ/ ATGO 1726	2022	GHY4C53	9BM958154PB311146	TABELA FIPE	R$ 100.000,00	3.200,00/ 1.200,00
82.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CARGO 1419 EURO FORD	2019	EAD 2465	9BFYEAC56KBS74223	TABELA FIPE	R$ 170.000,00	3.200,00/ 1.200,00
83.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	CAMINHÃO CAÇAMBA VW 14.190CRM 4X2	2022	CSK-9G01	9536E7238PR009302	TABELA FIPE	R$ 80.000,00	3.200,00/ 1.200,00
84.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FORD CARGO 1317 CN	2012	DMN-3275	9BFXEAEU7CBS99566	TABELA FIPE	R$ 75.000,00	3.200,00/ 1.200,00
85.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FORD CARGO CARGO 2626 LIEBHERR HTM	2003	ALT-0865	9BF2TNYT53B827R07	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
86.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO	2022	EBE 9F32	93KKOS1D2NE185510	TABELA FIPE	R$ 150.000,00	3.200,00/ 1.200,00
87.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MERCEDES BENZ LS 1634	2008	DVS-1312	9BM6950538B559919	TABELA FIPE		3.200,00
88.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	PRANCHA RANDON		EDE-7346	9ADC13320551 1692	TABEL FIPE	R$ 175.000,00	1.200,00
89.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAÇAMBA RANDON MES 2758	2006	MES-2759	9ADB0813 76M257084	TABELA FIPE	R$ 87.000,00	1.200,00
90.	SECRETARIA AGRICULTURA TURISMO E CULTURA	MICRO ONIBUS AGRALE	2001	CZA-7510	9BYC22K151C001286	TABELA FIPE		3.200,00
91.	SEÇÃO DE ESPORTES E LAZER	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW	2006	CZA-7512	9BW9662W06R608469	TABELA FIPE		3.200,00

O custo do lote 03 mediana estimado da contratação é de R$ 240.728,05 (Duzentos e Quarenta Mil e Setecentos e Vinte e Oito Reais e Cinco Centavos).

O custo mediana total estimado da contratação é de R$ 526.070,93 (Quinhentos e Vinte e Seis Mil e Setenta Reais e Noventa e Três Centavos).

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

Jacupiranga, 09 de maio de 2024.

Gilberto de Oliveira alves

Secretário Adjunto Municipal de serviços

Thiago Novais Arcine

Secretário Municipal de Serviços

3 pessoas: GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES, THIAGO NOVAIS ARCINE e ANDRE LEAL BACIL
a validade das assinaturas, acesse https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/11D4-BAE7-6BC5-A401 e informe o código 11D4-BAE7-6BC5-A401

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 11D4-BAE7-0BC5-A401

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES (CPF 089.XXX.XXX-23) em 09/05/2024 17:24:39 (GMT-03:00)
  Papel: Assinante
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- THIAGO NOVAES ARCINE (CPF 367.XXX.XXX-65) em 10/05/2024 08:48:08 (GMT-03:00)
  Papel: Assinante
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANDRE LEAL BACIL (CPF 328.XXX.XXX-60) em 16/05/2024 07:31:45 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/11D4-BAE7-0BC5-A401

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Item 2 do Anexo XI - Check List)

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a necessidade da presente solicitação para abertura de Processo Licitatório para Contratação de seguro total com cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha Leve (automóveis, motos), linha Médios (vans e caminhonetes), linha Pesados (Caminhões e ônibus / micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à Frota municipal do município de Jacupiranga, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, considerando que a vigência de renovação do contrato atual expirou em 01/05/2024, há a necessidade urgente de um novo contrato de seguro para manter a cobertura de seguro dos veiculos pertencentes a Frota oficial de Jacupiranga/SP.

- ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1.1. A contratação do objeto solicitado busca promover a gestão mais eficiente de preservação, proteção e conservação da frota municipal ao mesmo tempo que viabiliza a liberação dos veiculos para atendimento das demandas que são essenciais para as Secretarias do Município.

2 - RESULTADOS PRETENDIDOS

2.1. Sendo realizada, a contratação do objeto solicitado implicará na proteção patrimonial dos veículos, bem como na continuidade dos serviços de atendimento das demandas relacionadas a frota oficial municipal, possibilitando maior eficiência no atendimento das Secretarias do municipio.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a necessidade de proteção patrimonial dos veiculos da frota oficial, posto que necessitam de proteção de cobertura de seguro constante, conforme justificativa nos documentos deste processo, a contratação do objeto solicitado é essencial a administração municipal para o desempenho das demandas das secretarias municipais, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades voltadas para as secretarias, bem como para o Município.

3.2. *Há contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto?*

3.3. (X). Sim.

3.4. *A execução do objeto da contratação se dará em conformidade com as cláusulas, condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, conforme termo de referência e instrumento contratual a ser elaborado.*

4 - LEVANTAMENTO DA DEMANDA

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

Relação dos veículos e equipamentos: caçambas/tanques/carrocerias/pranchas/coletor de lixo/poliguindaste/baús.

ITEM Nº	SECRETARIA	VEÍCULO DA LINHA LEVE LOTE 01	ANO FAB	PLACA	CHASSI	VALOR PRINCIPAL	VALOR DO EQUIPAMENTO CARROCERIA/ CAÇAMBA	FRANQUIA DO VEÍCULO/ IMPLEMENTO
1.	SECRETARIA SAUDE - AMBULANCIA	MONTANA PICKUP UP LS 1.4 GM	2015	FYL-9816	9BGCA80J0FB217236	TABELA FIPE		2.200,00
2.	SECRETARIA SAUDE - AMBULÂNCIA	PEUGEOT PARTNER AMBULANCIA	2019	GCA 6538	8AEGCNFN8KG510527	TABELA FIPE		2.200,00
3.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	CHEVROLET S-10 LS DS4 AMBULANCIA	2022	BZG-1045	9BG144DK0NC403044	TABELA FIPE		2.200,00
4.	SECRETARIA SAUDE	CHEVROLET SPIN 1.8 L PREMIER	2020	DAY-9099	9BGJP7520LB124047	TABELA FIPE		2.200,00
5.	SECRETARIA SAUDE - ZOONOSES	DOBLO RONTAN FIAT	2011	DJL-5842	9BD22315CB2018895	TABELA FIPE		2.200,00
6.	SECRETARIA SAUDE ATENÇÃO BÁSICA	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	FCO 3A67	9BHCN51AANP239652	TABELA FIPE		2.200,00
7.	SECRETARIA SAUDE ATENÇÃO BÁSICA	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	GBD 2I57	9BHCN51AANP239783	TABELA FIPE		2.200,00
8.	SECRETARIA SAUDE ATENÇÃO BÁSICA	KWID INTENSE 1.0 RENAULT	2019	FKN-5027	93YRBB00ZKJ560567	TABELA FIPE		2.200,00
9.	SECRETARIA DE SAUDE-ATENÇÃO BÁSICA	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2013	EOD-4117	9BFZF5493E8044344	TABELA FIPE		2.200,00
10.	SECRETARIA SAUDE ATENÇÃO BÁSICA	PALIO ELX FLEX FIAT	2008	DNE-7722	9BD17140G85118981	TABELA FIPE		2.200,00
11.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UNO ATTRATIVE 1.0 FIAT	2016	FPN-8936	9BD195A42G0762764	TABELA FIPE		2.200,00
12.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UNO MILLE FIRE FIAT	2007	DMN-3263	9BD15802774910710	TABELA FIPE		2.200,00
13.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UP TAKE MA VOLKSWAGEN	2015	FZE-4819	9BWAG4122FT564463	TABELA FIPE		2.200,00
14.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	UP TAKE MA VOLKSWAGEN	2015	FCG-5619	9BWAG4126FT564465	TABELA FIPE		2.200,00
15.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	CHEVROLET ONI OMT JOY	2019	GED 0654	9BGKL48U0KB220660	TABELA FIPE		2.200,00
16.	SECRETARIA SAUDE - ATENÇÃO BÁSICA	SANDERO B4M AUTO RENAULT	2018	FYI-5306	93Y5SRF84JJ154845	TABELA FIPE		2.200,00
17.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FIAT DOBLO ATTRATIVE	2012	DMN-3276	9BD119707C1091566	TABELA FIPE		2.200,00
18.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PICKUP RANGER CABINE DUPLA FORD	2018	GFA-9006	8AFAR23LXJJ042482	TABELA FIPE		2.200,00
19.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FORD FIESTA HATCH	2010	DMN-3269	9BFZF55P3A8409550	TABELA FIPE		2.200,00
20.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SPIN 1.8 CHEVROLET	2018	GEZ-0965	9BGJG7520JB184381	TABELA FIPE		2.200,00
21.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VAN FIAT DUCATO FIAT	2014	EOD-4115	93W244M24E2128808	TABELA FIPE		2.000,00
22.	SECRETARIA EDUCAÇÃO	FIAT ESTRADA ADVENTURE	2010	DMN-3267	9BD27844DA7205283	TABELA FIPE		2.200,00
23.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX	2022	FOP-2G[illegible]	9BD281B3PYY22391	TABELA FIPE		2.200,00
24.	PLANEJAMENTO E FINANÇAS	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	2021	EIU 7G57	9BHCU51AANP257970	TABELA FIPE		2.200,00
25.	SECRETARIA PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO	RENEGADE STD AT 1.8 JEEP	2022	GHQ-7H45	98861118XMK460432	TABELA FIPE		2.200,00
26.	SECRETARIA PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO	MOTOCICLETA CG 160 HONDA	2015	FHI 7540	9C2KC1680FR565180	TABELA FIPE		2.200,00
27.	GABINETE DO PREFEITO	GOL 1.6 VOLKSWAGEN	2012	DMN-3272	9BWAB05U5CT021365	TABELA FIPE		2.200,00
28.	GABINETE DO PREFEITO	HONDA CIVIC SPORT 2.0	2018	GCE-0921	93HFC2630JZ211795	TABELA FIPE		2.200,00
29.	DEFESA CIVIL	FIAT ENDURANCE CS	2022	DOF-8875	9BD281A22NYW57056	TABELA FIPE		2.200,00
30.	BOMBEIRO	CHEVROLET / S10 LT DD4A	2021	GGI-0E56	9BG148FK0NC429006	TABELA FIPE		2.200,00

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

31.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA 150 NXR BROS HONDA	2006	CRK-3837	9C2KD0320[illegible]	TABELA FIPE		2.200,00
32.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA CG 125 FAN HONDA	2012	CRK-3836	9C2JC4110CR484456	TABELA FIPE		2.200,00
33.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FIAT STRADA ADVENTURE F	2012	DMN-3278	9BD27844PC7514952	TABELA FIPE		2.200,00
34.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX	2022	CIP-8E24	9BD281B9JPYX94837	TABELA FIPE		2.200,00
35.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	SAVEIRO PICKUP VOLKSWAGEN	2012	ECD-4108	9BWKB05U0CP194268	TABELA FIPE		2.200,00
36.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	VW KOMBI	2009	AOZ 9910	9BWMF07X09P022416	TABELA FIPE		2.200,00
37.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	KOMBY VW 1.6 VOLKSWAGEN	2009	EFT-4986	9BWMF07x39P021468	TABELA FIPE		2.200,00
38.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MOTOCICLETA KAZINSKI 150CC	2012	DET 4192	93FCMACA[illegible]CM013070 REM	TABELA FIPE		2.200,00
39.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT UNO MILLE	2007	DMN-3262	9BD15802774910753	TABELA FIPE		2.600,00
40.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GOL 1.0 VOLKSWAGEN	2013	ECD-4813	9BWAA05W[illegible]	TABELA FIPE		2.200,00
41.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT PULSE MT	2022	GKE-0G62	9BD363A13NYZ39015	TABELA FIPE		2.200,00
42.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT PULSE MT	2022	BTZ-5I63	9BD363A11PFYR5398	TABELA FIPE		2.200,00
43.	SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX	2022	BZA-7G35	9BD281B4JPYYD3074	TABELA FIPE		2.200,00
44.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	KWID RENAULT	2018	GDV-5097	93YRBB003JJ054577	TABELA FIPE		2.200,00
45.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SANDERO AUTHENTIQUE S ESPECL 1.0 RENAULT	2019	GBL-5167	93Y5SRF84KJ427856	TABELA FIPE		2.200,00
46.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SPIN LT 1.8 CHEVROLET	2019	FBY-0931	9BGJ87520JB239330	TABELA FIPE		2.200,00
47.	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SAVEIRO PICKUP CS VOLKSWAGEN	2012	ECD-4107	9BWKB05U2CP192439	TABELA FIPE		2.200,00
48.	SECRETARIA AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX	2022	CTL-6E95	9BD281B4JPYYD3056	TABELA FIPE		2.200,00
49.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PEUGEOT BOXER FURGAO PK	2022	FXW9D72	VF3YEBRFCP2W10742	TABELA FIPE		2.600,00
50.	CONSELHO TUTELAR	SPIN CHEVROLET 1.8L GM	2014	FOY-6C85	9BGJ87520EB287284	TABELA FIPE		2.200,00

ITEM Nº	[illegible]	VEÍCULO DA LINHA [illegible] LOTE 02	ANO FAB	PLACA	[illegible]	[illegible] PRINCIPAL	[illegible] DO [illegible]	FRANQUIA VEÍCULO/ IMPLEMENTO
51.	SECRETARIA SAUDE - AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER F2 REV. AMBULÂNCIA	2023	EQJ-8A95	93YF62004PJ243450	TABELA FIPE		2.600,00
52.	SECRETARIA SAUDE - AMBULANCIA	RENAULT MASTER LH2	2022	FVX-8G04	93YMAFEXCNJ035348	TABELA FIPE		2.600,00
53.	SECRETARIA SAUDE - AMBULÂNCIA	RENAULT MASTER MINIBUS EXECUTIVE L3H2	2023	CUL-6D59	93YJ62006PJ202229	TABELA FIPE		2.600,00
54.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER GRAND FURGÃO L2H2 2.3	2019	FOA-2556	93YMAFEXCKJ311566	TABELA FIPE		2.600,00
55.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2021	FLQ-1I53	93YMEN4XEMJ355493	TABELA FIPE		2.600,00
56.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA	2008	GHV 7896	93YMAF4XEKJ527818	TABELA FIPE		2.600,00
57.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA	2019	GBQ 1547	93YMEN4XEKJ647987	TABELA FIPE		2.600,00
58.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULÂNCIA	2019	GIK 0925	93YMAF4XEKJ527859	TABELA FIPE		2.600,00
59.	SECRETARIA SAUDE - TRANSPORTE DE PACIENTE	SPRINTER RONTAN ME	2014	DJA-4878	8AC906633EE090530	TABELA FIPE		2.600,00
60.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2018	FVF-1D74	93YMAF4XEJJ158719	TABELA FIPE		2.600,00
61.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	RENAULT MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES	2018	FYI-9145	93YMAF4XEJJ158703	TABELA FIPE		2.600,00

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

62.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VAN IVECO ADAPTADA	2022	GIP-2E56	93ZK042CZP8503946	TABELA FIPE		2.600,00
63.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VAN PEUGEOT BOXER PEUGEOT	2007	DMN-3264	936BPMMB72011316	TABELA FIPE		2.600,00

ITEM	SECRETARIA	VEICULO DA LINHA PESADO/EQUIPAMENTOS/IMPLEMENTOS LOTE 03	ANO FAB	PLACA	CHASSI	VALOR PRINCIPAL	VALOR DO EQUIPAMENTO CARROCERIA/ CAÇAMBA	FRANQUIA DO VEÍCULO/ IMPLEMENTO
64.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	MARCOPOLO VOLARE V6L VOLKSWAGEN	2014	FMX-9551	93PB75M1MEC050999	TABELA FIPE		3.200,00
65.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	M.BENZ/OF 1519 MERCED. BENS	2017	FNM-7792	[illegible]	TABELA FIPE		3.200,00
66.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	MASCAGRANMINI ONIBUS VOLKSWAGEN	2014	DJM-8314	9532M52P9ER416468	TABELA FIPE		3.200,00
67.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS ESCOLAR MBB	2020	GAA 1C03	9BM979277LB155648	TABELA FIPE		3.200,00
68.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS IVECO FIAT MICRO CITY	2012	DMN-3274	93ZL68B01C8432521	TABELA FIPE		3.200,00
69.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW	2006	CZA-7511	9BWR682W[illegible]08055	TABELA FIPE		3.200,00
70.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DJM-7603	9532E82W1ER414896	TABELA FIPE		3.200,00
71.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DJM-7803	9532M52P3ER418880	TABELA FIPE		3.200,00
72.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID	2014	DJM-7646	9532E82W8ER415642	TABELA FIPE		3.200,00
73.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR	ONIBUS/M BENZ/LO 916 ESC R	2022	FSI-9C75	9BM979282PB275802	TABELA FIPE		3.200,00
74.	MERENDA ESCOLAR	FORD CARGO 816	2019	FGT-7158	9BFVEADS4JBS44495	TABELA FIPE	R$ 90.000,00	3.200,0/ 1.200,00
75.	MERENDA ESCOLAR	VW CAMINHAO VOLKSWAGEN	2010	DMN-3270	[illegible]	TABELA FIPE	R$ 80.000,00	3.200,0/ 1.200,00
76.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO AGRALE 8500	2010	DMN-3268	9BYC27Y25AC002258	TABELA FIPE	R$ 70.000,00	3.200,00/ 1.200,00
77.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO COLETOR 9150 DELIV VOLKSWAGEN	2011	DMN-3271	9533A62PXBR114221	TABELA FIPE	R$ 80.000,00	3.200,00/ 1.200,00
78.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO INTERNATIONAL 4400 NAVISTAR	2014	FOE-0481	9ANMST8T3ER037031	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
79.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHAO VW 13180 CN VOLKSWAGEN	2002	CZA-7504	9BWBE72S92R220758	TABELA FIPE	R$ 150.000,00	3.200,00/ 1.200,00
80.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO VW 23210 VOLKSWAGEN	2005	DMN-3261	9BWWF82T65R335678	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
81.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO PIPA M BENZ/ ATGO 1726	2022	GHY4C53	9BM958154PB311146	TABELA FIPE	R$ 300.000,00	3.200,00/ 1.200,00
82.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CARGO 1419 EURO FORD	2019	GAD 2485	9BFXEACB6KB574223	TABELA FIPE	R$ 170.000,00	3.200,00/ 1.200,00
83.	SECRETARIA DE SERVIÇOS	CAMINHÃO CAÇAMBA VW 14.190 CRM 4X2	2022	CSK-9C03	9536E7238PR009302	TABELA FIPE	R$ 60.000,00	3.200,00/ 1.200,00
84.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FORD CARGO 1317 CN	2012	DMN-3275	9BFXEAEU7C[illegible]	TABELA FIPE	R$ 75.000,00	3.200,00/ 1.200,00
85.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	FORD CARGO CARGO 2626 LEBHERR HTM	2003	ALT-0865	9BF2TNYT53B227907	TABELA FIPE	R$ 130.000,00	3.200,00/ 1.200,00
86.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO	2022	SBE 9F32	93KK0S1D2NE185310	TABELA FIPE	R$ 150.000,00	3.200,00/ 1.200,00
87.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	MERCEDES BENZ LS 1634	2008	DVS-1112	9BM6950538B559319	TABELA FIPE		3.200,00
88.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	PRANCHA RANDON		LDE-7346	9ADC13320SS11692	TABEL FIPE	R$ 175.000,00	1.200,00
89.	SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS	CAÇAMBA RANDON MES 2758	2006	MES-1758	9AD308137BM25708 4	TABELA FIPE	R$ 87.000,00	1.200,00
90.	SECRETARIA AGRICULTURA TURISMO E CULTURA	MICRO ONIBUS AGRALE	2001	CZA-7510	9BYC22K151C001286	TABELA FIPE		3.200,00
91.	SEÇÃO DE ESPORTES E LAZER	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW	2006	CZA-7512	9BWR682W06R608469	TABELA FIPE		3.200,00

5 - SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga - SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | **ADMINISTRAÇÃO**

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | **SERVIÇOS**

5.1. Para atendimento da necessidade administrativa motivadora da presente proposta de contratação não se identificou solução que não seja a contratação de seguro veicular, produto bastante padronizado e que é ofertado por empresas seguradoras conforme segue:

5.2. Solicitação para abertura de Processo Licitatório para contratação de seguro total, com cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos pertencentes à frota Municipal do município de Jacupiranga, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para proteção patrimonial dos veículos de propriedade da Prefeitura Municipal de Jacupiranga, visando proporcionar mais segurança no caso de eventuais responsabilidades por indenizações e ressarcimentos de danos a terceiros, a ainda considerando que esses veículos circulam em vias de tráfego intenso tanto em vias urbanas, rurais, como em rodovias.

6 - ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

6.1. A solução pretendida abrange a Solicitação para abertura de Processo Licitatório para contratação de seguro total, com cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha Leve (automóveis, motos), linha Médios (vans e caminhonetes), linha Pesados (Caminhões e ônibus / micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à Frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga e tem por finalidade propiciar atendimento as Secretarias Municipais, bem como conceder maior segurança para os servidores e usuários que utilizam os veículos da frota oficial nas demandas da administração municipal.

7 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Considerando-se que somente uma empresa poderá fornecer o objeto solicitado, a contratação se dará por menor valor global contemplando o fornecimento total, com cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da Leve (automóveis, motos), Médios (vans e caminhonetes), Pesados (Caminhões e ônibus / micro-ônibus) pertencentes à Frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga sendo esse o parcelamento mínimo possível para a contratação.

9 - PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

9.1. *(X). Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente do Órgão.*

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. (x) Sim.

11 – LOCAL DE ENTREGA

11.1. *Avenida 23 de Junho, 273- Bairro Vila Elias-Jacupiranga SP-Garagem Municipal.*

12- POLÍTICA DE REALOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DESCARTE

Não se aplica nesse processo.

13- PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Assinado por 3 pessoas: GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES, THIAGO NOVAIS [illegible] e ANDRE LEAL BACH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/1104-8AE7-0BC5-A401 e informe o código 1104-8AE7-0BC5-A401

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | SERVIÇOS

Não existe a necessidade de realizar adaptações no ambiente do Órgão.

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, ***DECLARO SER VIÁVEL*** *a contratação pretendida.*

Jacupiranga, 09 de maio de 2024.

GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES

SECRETARIO ADJUNTO DE SERVIÇOS

MATRÍCULA 2711

THIAGO NOVAIS ARCINE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS

MATRÍCULA 4364

...por 3 pessoas: GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES, THIAGO NOVAIS ARCINE e ANDRE LEAL BACIL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/1104-BAE7-08C5-A401 e informe o código 1104-BAE7-08C5-A401

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 Vila Elias, CEP 11940-000, Jacupiranga – SP
CNPJ 46.582.185/0001-90 – Insc. Estadual Isenta
www.jacupiranga.sp.gov.br | (13) 3864-6400

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 11D4-BAE7-0BC5-A401

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- GILBERTO DE OLIVEIRA ALVES (CPF 089.XXX.XXX-23) em 09/05/2024 17:24:39 (GMT-03:00)
  Papel: Assinante
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- THIAGO NOVAES ARCINE (CPF 367.XXX.XXX-65) em 10/05/2024 08:48:08 (GMT-03:00)
  Papel: Assinante
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANDRE LEAL BACIL (CPF 328.XXX.XXX-60) em 16/05/2024 07:31:45 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/11D4-BAE7-0BC5-A401

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
Comissão de Pregão Eletrônico

Prezados Senhores:

Apresentamos pelo presente TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL, as condições para o fornecimento do objeto do presente certame que refere-se à **contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total, sendo cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha leve (automóveis, motos), linha médios (vans e caminhonetes), linha pesados (caminhões e ônibus/micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga/SP**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência (Anexo I) e na presente Proposta Comercial Final, que integram o Edital supra, independente de transcrição, apresentados em atendimento ao chamamento do Edital da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico; nos valores dispostos na tabela abaixo:

01 - COTA PRINCIPAL: AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	QTDE	APRES.	DESCRIÇÃO	MARCA	R$ UNIT.
1	01	UNIDADE	PEUGEOT BOXER FURGAO PK – Ano 2022 – Placa FXW9D72 – Chassi VF3YEBRFCP2W10742		
2	01	UNIDADE	FIAT UNO MILLE – Ano 2007 – Placa DMN-3262 – Chassi 9BWBE72S92R220758		
3	01	UNIDADE	GOL 1.0 VOLKSWAGEN – Ano 2013 – Placa EOD-4113 – Chassi 9BWAA05W8DP095909		
4	01	UNIDADE	FIAT PULSE MT – Ano 2022 – Placa GKE-0G62 – Chassi 9BD363A13NYZ39015		
5	01	UNIDADE	FIAT PULSE MT – Ano 2022 – Placa BTZ-5J63 – Chassi 9BD363A1LPPY85398		
6	01	UNIDADE	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa BZA-7G35 – Chassi 9BD281B4JPYY03074		
7	01	UNIDADE	KWID RENAULT – Ano 2018 – Placa GDV-5097 – Chassi 93YRBB003JJ054577		
8	01	UNIDADE	SANDERO AUTHENTIQUE S. ESPECIAL 1.0 RENAULT – Ano 2019 – Placa GIL-5167 – Chassi 93Y5SRF84KJ427856		
9	01	UNIDADE	SPIN LT 1.8 CHEVROLET – Ano 2019 – Placa FBY-0931 – Chassi 9BGJB7520JB239390		
10	01	UNIDADE	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa EXU 7G57 – Chassi 9BG144DK0NC403044		
11	01	UNIDADE	RENEGADE STD AT 1.8. JEEP – Ano 2022 – Placa GHQ-7H45 – Chassi 98861118XMK460422		
12	01	UNIDADE	MOTOCICLETA CG 150 HONDA– Ano 2015 – Placa FHJ 7540 – Chassi 9C2KC1680FR565180		
13	01	UNIDADE	SAVEIRO PICKUP CS VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa EOD-4107 – Chassi 9BD27844PC7514952		
14	01	UNIDADE	GOL 1.6. VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa DMN-3272 – Chassi 9BWAB05U5CT021865		
15	01	UNIDADE	HONDA CIVIC SPORT 2.0 – Ano 2018 – Placa GCL-0921 – Chassi 8AFAR23LXJJ042482		
16	01	UNIDADE	SPIN CHEVROLET 1,8L GM – Ano 2014 – Placa FQY-6C85 – Chassi 9BGJB75Z0EB287284		
17	01	UNIDADE	FIAT ENDURANCE CS – Ano 2022 – Placa DOF-8B75 – Chassi 9BD281A22NYW57058		
18	01	UNIDADE	CHEVROLET / S10 LT DD4A – Ano 2021 – Placa GGI-0C56 – Chassi 9BG148FK0NC429006		
19	01	UNIDADE	FIAT STRADA VOLCANO 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa CTL-6E95 – Chassi 9BD281B4JPYY03056		

20	01	UNIDADE	MICRO ONIBUS AGRALE – Ano 2001 – Placa CZA-7510 – Chassi 9BYC22K1S1COOI286		
21	01	UNIDADE	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW – Ano 2006 – Placa CZA-7512 – Chassi 9BWR682W06R608469		
22	01	UNIDADE	FIAT DOBLO ATTRATIVE – Ano 2012 – Placa DMN-3276 – Chassi 9BD119707C1091568		
23	01	UNIDADE	FORD CARGO 816 – Ano 2019 – Placa FGT-7158 – Chassi 9BFVEADS4JBS44495		
24	01	UNIDADE	VW ENTREGA CAMINHAO VOLKSWAGEN – Ano 2010 – Placa DMN-3270 – Chassi 9531952P1AR004620		
25	01	UNIDADE	PICKUP RANGER CABINE DUPLA FORD – Ano 2018 – Placa GFA-9106 – Chassi 8AFAR23LXJJ042482		
26	01	UNIDADE	FORD FIESTA HATCH – Ano 2010 – Placa DMN-3269 – Chassi 9BFZF55P3A8498650		
27	01	UNIDADE	SPIN 1.8 CHEVROLET – Ano 2018 – Placa GEZ-0965 – Chassi 9BGJG7520JB184391		
28	01	UNIDADE	VAN FIAT DUCATO FIAT– Ano 2014 – Placa EOD-4115 – Chassi 93W244M24E2128808		
29	01	UNIDADE	FIAT ESTRADA ADVENTURE – Ano 2010 – Placa DMN-3267 – Chassi 9BD27844DA7206283		
30	01	UNIDADE	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa FOP-2G86 – Chassi 9BD281B9JPYY22991		
31	01	UNIDADE	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES RENAULT – Ano 2018 – Placa FVF-1374 – Chassi 93YMAF4XEJJ158719		
32	01	UNIDADE	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES RENAULT – Ano 2018 – Placa FYI-9945 – Chassi 93YMAF4XEJJ158703		
33	01	UNIDADE	MARCOPOLO VOLARE V6L VOLKSWAGEN – Ano 2014 – Placa FMX-9551 – Chassi 93PB75M1MEC050999		
34	01	UNIDADE	M. BENZ/OF 1519 M. BENZ – Ano 2017 – Placa FNM-7792 – Chassi 9BM384069HB062469		
35	01	UNIDADE	MASCAGRANMINI ONIBUS VOLKSWAGEN – Ano 2014 – Placa DJM-8314 – Chassi 9532M52P9ER416468		
36	01	UNIDADE	VAN IVECO ADAPTADA – Ano 2022 – Placa GIP-2E56 – Chassi 93ZK042CZP8503946		
37	01	UNIDADE	ONIBUS ESCOLAR MB – Ano 2020 – Placa GAA-1C03 – Chassi 9BM979277LB15594B		
38	01	UNIDADE	ONIBUS IVECO FIAT MICRO CITY – Ano 2012 – Placa DMN-3274 – Chassi 93ZL68B01C8432521		
39	01	UNIDADE	ONIBUS NEOBUS 15180 MEGA VW – Ano 2006 – Placa CZA-7511 – Chassi 9BWR682W66R608055		
40	01	UNIDADE	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7603 – Chassi 9532EB2W1ER414896		
41	01	UNIDADE	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7803 – Chassi 9532M52P3ER418880		
42	01	UNIDADE	ONIBUS VW 1590 MASCAGRANMID – Ano 2014 – Placa DJM-7646 – Chassi 9532EB2W8ER415642		
43	01	UNIDADE	ONIBUS M.BENZ/LO 916 ESC R – Ano 2022/2023 – Placa FSI-9C25 – Chassi 9BM979272PB285802		
44	01	UNIDADE	VAN PEUGEOT BOXER PEUGEOT – Ano 2007 – Placa DMN-3264 – Chassi 936BPMMB72011316		
45	01	UNIDADE	CHEVROLET ONI OMT JOY – Ano 2019 – Placa GED-0654 – Chassi 9BGKL48UOKB220660		
46	01	UNIDADE	CHEVROLET S-10 LS DS4 AMBULANCIA – Ano 2022 – Placa BZG-1D45 – Chassi 9BG144DK0NC403044		
47	01	UNIDADE	CHEVROLET SPIN 1.8 L PREMIER – Ano 2020 – Placa DAY-9099 – Chassi 9BGJP7520LB124047		
48	01	UNIDADE	DOBLO RONTAN FIAT – Ano 2011 – Placa DJL-5142 – Chassi 9BD223156B2018895		
49	01	UNIDADE	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa FCO-3A67 – Chassi 9BHCN51AANP239652		
50	01	UNIDADE	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE – Ano 2021 – Placa GBD-2157 – Chassi 9BHCN51AANP239783		
51	01	UNIDADE	KWID INTENSE 1.0 RENAULT – Ano 2019 – Placa FKN-5027 – Chassi 93YRBB000KJ560367		
52	01	UNIDADE	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX – Ano 2013 – Placa EOD-4112 – Chassi 9BFZF5493E8044244		
53	01	UNIDADE	PALIO ELX FLEX FIAT – Ano 2008 – Placa DNE-7722 – Chassi 9BD17140G85119081		

54	01	UNIDADE	SANDERO B4M AUTI8 RENAULT – Ano 2018 – Placa FYI-5306 – Chassi 93YMAF4XEJJ1587194		
55	01	UNIDADE	UNO ATTRATIVE 1.0 FIAT – Ano 2016 – Placa FPN-8936 – Chassi 9BD195A4ZG0762764		
56	01	UNIDADE	UNO MILLE FIRE. FIAT– Ano 2007 – Placa DMN-3263 – Chassi 9BD15802774910710		
57	01	UNIDADE	UP TAKE MA VOLKSWAGEN – Ano 2015 – Placa FZE-4819 – Chassi 9BWAG4122FT564463		
58	01	UNIDADE	UP TAKE MA VOLKSWAGEN – Ano 2015 – Placa FCG-5619 – Chassi 9BWAG4126FT564465		
59	01	UNIDADE	MASTER F2 REV. AMBULÂNCIA – Ano 2023 – Placa EQJ-8A95 – Chassi 93YF62004PJ243450		
60	01	UNIDADE	MASTER GRAND FURGÃO L2H2 2.3 RENAULT – Ano 2019 – Placa FOA-2556 – Chassi 93YMAFEXCKJ311566		
61	01	UNIDADE	MASTER LH2 RENAULT – Ano 2022 – Placa FVX-8G04 – Chassi 93YMAFEXCNJ035348		
62	01	UNIDADE	MASTER MINIBUS L3H2 16 LUGARES – Ano 2021 – Placa FLQ-1I53 – Chassi 93YMEN4XEMJ355493		
63	01	UNIDADE	MONTANA PICKUP UP LS 1.4 GM – Ano 2015 – Placa FYL-9816 – Chassi 9532E82W8ER415642		
64	01	UNIDADE	PEUGEOT PARTNER AMBULANCIA – Ano 2019 – Placa GCA-6533 – Chassi 8AEGCNFN8KG510527		
65	01	UNIDADE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA – Ano 2008 – Placa GHV-7896 – Chassi 93YMAF4XEKJ527818		
66	01	UNIDADE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULANCIA – Ano 2019 – Placa GBQ-1547 – Chassi 93YMEN4XEKJ647987		
67	01	UNIDADE	RENAULT MASTER L3H2 AMBULÂNCIA – Ano 2019 – Placa GJK-0925 – Chassi 93YMAF4XEKJ527859		
68	01	UNIDADE	SPRINTER RONTAN MB – Ano 2014 – Placa DJL-4878 – Chassi BAC906633EE090530		
69	01	UNIDADE	VAN MASTER MINIBUS EXECUTIVE L3H2 – Ano 2023 – Placa CUL-6D59 – Chassi 93YJ62006PJ202229		
70	01	UNIDADE	CAMINHAO AGRALE 8500 – Ano 2010 – Placa DMN-3268 – Chassi 9BYC27Y2SAC002268		
71	01	UNIDADE	CAMINHAO COLETOR 9150 DELIV.VOLKSWAGEN – Ano 2011 – Placa DMN-3271 – Chassi 9533A62PXBR114221		
72	01	UNIDADE	CAMINHÃO INTERNATIONAL 4400 NAVISTAR – Ano 2014 – Placa FQE-0481 – Chassi 978MSTBT3ER037031		
73	01	UNIDADE	CAMINHAO VW 13180 CN VOLKSWAGEN – Ano 2002 – Placa CZA-7504 – Chassi 9BWBE72S92R220758		
74	01	UNIDADE	CAMINHÃO VW 23210 VOLKSWAGEN – Ano 2005 – Placa DMN-3261 – Chassi 9BWWF82T65R535678		
75	01	UNIDADE	CAMINHÃO PIPA M.BENZ/ATGO 1726 – Ano 2022 – Placa GHY-4C53 – Chassi 9BM958154PB311446		
76	01	UNIDADE	CARGO 1419 EURO FORD – Ano 2019 – Placa GAD-2465 – Chassi 9BFXEACB6KBS74223		
77	01	UNIDADE	CAMINHÃO CAÇAMBA VW 14.190CRM 4X2 – Ano 2022 – Placa CSK-9G01 – Chassi 9536E7238PR009302		
78	01	UNIDADE	FORD CARGO 1317 CN – Ano 2012 – Placa DMN-3275 – Chassi 9BFXEAEU7CBS99566		
79	01	UNIDADE	FORD CARGO 2626 LIEBHERR HTM – Ano 2003 – Placa ALT-0865 – Chassi 9BF2TNYT53BB27807		
80	01	UNIDADE	CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO – Ano 2022 – Placa GBE-9F32 – Chassi 93KK0S1D2NE185310		
81	01	UNIDADE	MERCEDES BENZ LS 1634 – Ano 2008 – Placa DVS-1312 – Chassi B559119		
82	01	UNIDADE	PRANCHA RANDON – Placa CDE-7346 – Chassi S116912		
83	01	UNIDADE	CAÇAMBA RANDON MES 2758 – Ano 2006 – Placa MDC-5534 – Chassi 9AD080366M233810		
84	01	UNIDADE	MOTOCICLETA 150 NXR BROS HONDA – Ano 2006 – Placa CRX-3837 – Chassi 9C2KD03206R014422		
85	01	UNIDADE	MOTOCICLETA KAZINSKI 150CC – Ano 2012 – Placa DET-4192 – Chassi 9BFVEADS4JBS44495		
86	01	UNIDADE	MOTOCICLETA CG 125 FAN HONDA – Ano 2012 – Placa CRX-3836 – Chassi 9531952P1AR004620		
87	01	UNIDADE	FIAT STRADA ADVENTURE. F – Ano 2012 – Placa DMN-3278 – Chassi 9BD27844PC7514952		

88	01	UNIDADE	FIAT STRADA FREEDOM 1.3 FLEX – Ano 2022 – Placa CIP-8E24 – Chassi 9BD281B9JPYX94817		
89	01	UNIDADE	SAVEIRO PICKUP VOLKSWAGEN – Ano 2012 – Placa EOD-4108 – Chassi 9BWKB05U0CP194268		
90	01	UNIDADE	VW KOMB – Ano 2009 – Placa AQZ-9910 – Chassi 9BWMF07X09P022416		
91	01	UNIDADE	KOMBY VW 1.6. VOLKSWAGEN – Ano 2009 – Placa EFT-4986 – Chassi 9BWMF07X39P021468		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

- O Prazo de validade da presente proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura dos envelopes.
- Prazos de entrega/Prestação de Serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.
- Forma de entrega/execução: a entrega dos produtos/serviços cujos preços serão registrados no presente procedimento pelo período de 12 (doze) meses, será parcelada e deverá ser solicitada ao FORNECEDOR, mediante o envio do empenho e/ou pedido, expedido pela seção competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- Locais de entrega/prestação de serviços: **Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital**.
- Pela presente proposta, colocamos nossa empresa a disposição do Órgão Gerenciador, para a assinatura do Contrato, estando dispostos a iniciarmos o fornecimento dos produtos, após o pedido emitido pelo setor competente do Órgão Gerenciador, nos termos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- Pela presente proposta, aceitamos as condições de **pagamento**, nos termos dispostos na cláusula **20** do edital.
- Eu, (nome completo e qualificação do representante legal da empresa), RG nº _____, CPF/MF n.º_____, _____ (ou cargo / função na empresa), DECLARO pela apresentação da presente proposta, sob as penalidades legais, em nome da empresa (razão social da empresa, CNPJ/MF n.º_____, Inscrição Estadual nº_____ e endereço da sede), que tomei conhecimento e concordo em fornecer o objeto da presente licitação conforme detalhamento disposto no anexo I - Termo de Referência e que, nos preços dispostos acima, encontram-se incluídos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, bem como quaisquer outras despesas, inclusive as relativas ao transporte das mercadorias até o local de entrega estabelecido pelo Órgão Gerenciador, impostos, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas com o fornecimento das mercadorias constantes de nossa proposta, objeto da presente licitação; bem como efetuaremos a substituição imediata e totalmente às nossas expensas, caso as mercadorias apresentem qualquer avaria durante o transporte, ou qualquer outra divergência quanto ao item cotado em nossa proposta.
- Declaro ainda que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

Local e data _____

Assinatura do Representante.
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa
CARIMBO (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA):

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2024

Aos.....dias do mês de.....do ano de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Jacupiranga, Estado de São Paulo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA**, pessoa jurídica de direito público sito a Avenida Hilda Mohring Macedo, Nº 777 – Vila Elias – Jacupiranga/SP, inscrita no CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 representada neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor ROBERTO CARLOS GARCIA, brasileiro, natural de São Paulo/SP, casado, portador do RG. Nº 13.XXX.XXX-1/SSP/SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF sob o nº 060.XXX.XXX-95, residente e domiciliado nesta cidade de Jacupiranga/SP, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, a empresa: _____, sito na _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº_____, representada neste ato por_____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____,_____ (cargo que ocupa na empresa), doravante denominado **FORNECEDOR/CONTRATADA**; para proceder, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação aplicável, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n° 033/2024 Processo Administrativo nº 164/2024, resultado da licitação, publicado no Diário Oficial e Homologado pelo Prefeito Municipal de Jacupiranga, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento de Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total, sendo cobertura contra acidentes e danos causados pela natureza, com assistência 24 horas para os veículos da linha leve (automóveis, motos), linha médios (vans e caminhonetes), linha pesados (caminhões e ônibus/micro ônibus) e implementos/equipamentos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Jacupiranga/SP**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta Comercial Final (ANEXO II), que integram o edital que deu origem a presente formalização, conforme itens, preços e marcas constantes da presente CONTRATO, nos termos e condições negociados a partir da proposta comercial do **FORNECEDOR;** sendo que os documentos citados acima passam a ser parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O **Contrato**, permanecerá válido por um período de 12 (doze) meses, contados da assinatura; na forma do Artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.2 Desta forma, em conformidade ao § 4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021, "*antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo*".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDICÕES E DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTACÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados nos locais e horários a serem indicados pela municipalidade de acordo com o **ANEXO I – Termo de Referência**.

3.2. **No caso de entrega de produtos**: Os produtos cujos preços são registrados pelo presente procedimento, deverão ser entregues parceladamente, conforme programação e solicitação emitida pela seção competente, atendendo às necessidades dos Departamentos e Seções solicitantes do ÓRGÃO GERENCIADOR; devendo ser entregues e descarregados por funcionários do FORNECEDOR nos locais a serem indicados pela municipalidade, correndo por conta do FORNECEDOR as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.

3.2.1. O FORNECEDOR obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes em sua proposta, que deverá ser apresentada de acordo com as especificações constantes no **Termo de Referência – ANEXO I**.

3.2.2. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta do FORNECEDOR. O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, no local e endereço a serem informados pelo setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando da solicitação de entrega.

3.2.3. Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica o FORNECEDOR obrigado a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, ou imediatamente; sob a pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Segunda do presente instrumento.

3.3 **No caso de prestação de serviços**: Para a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

3.3.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer todos os equipamentos, utensílios e mão-de-obra qualificada, necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e/ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da CONTRATADA, que responderá pela realização dos serviços, independentemente da manifestação da fiscalização exercida pelas Secretarias do Órgão Licitante, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

3.3.2. O objeto da presente licitação, será recebido como "de acordo" pelos responsáveis pelas Secretarias Municipais que se utilizarão dos serviços, ao aplicar o carimbo e assinatura no verso da Nota Fiscal, referente ao faturamento dos serviços realizados.

3.3.3. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

c) Se disser respeito à diferença quantitativa ou qualitativa, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

3.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva o direito de adquirir no todo, ou em parte os itens/serviços do presente instrumento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (Art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PRECO

6.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

7.1 A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo FORNECEDOR, deverá ser entregue juntamente com os produtos/finalização dos serviços, no local indicado pela seção competente do ÓRGÃO GERENCIADOR. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

7.2 O pagamento da Nota Fiscal seguirá o Cronograma de Desembolso estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo efetuado no seguinte período de: 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, desde que a mesma seja entregue, devidamente atestada, na Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Finanças.

7.3 **A CONTRATADA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com cada Nota Fiscal emitida, as Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal; ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, atualizadas até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência**.

7.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do FORNECEDOR no **Banco:** _____ **Agência nº.** _____ **Conta Corrente/Pessoa Jurídica nº** _____.

7.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.

7.6 Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (Art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo (no caso de contrato).

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município ou outra Seção necessária para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (quando houver).

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando do fornecimento de bens/equipamentos);

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.18. **No caso de execução de serviços** (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.19. **No caso de execução de serviços** (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.20. **No caso de execução de serviços** (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21. **No caso de execução de serviços** (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22. **No caso de execução de serviços** (serviços ou aquisição de bens com a prestação de serviços de forma acessória): Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021), devido a não haver exigência prevista no termo de referência.

11.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 (não solicitada no presente edital), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato (quando da solicitação de fornecimento/prestação de serviço);

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento) que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
2. moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando houver).

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto(a) antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório serão arcadas com recursos financeiros de origem de Tesouro, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.02 – CHEFIA DO GABINETE E DEPENDÊNCIAS – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0002.2019.0000 ATIVIDADES DA CHEFIA DO GABINETE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 28 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.05 – CONSELHO TUTELAR – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.243.0005.2020.0000 ADIANTAMENTOS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 61 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO – UNIDADE EXECUTORA: 02.01.07 – DEFESA CIVIL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.182.0007.2028.0000 ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 72 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.03.00 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0008.2025.0000

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 85 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.04.00 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – UNIDADE EXECUTORA: 02.04.01 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.123.0008.2026.0000 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 104 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.05.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.05.02 – EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.368.0010.2013.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 129 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.05.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UNIDADE EXECUTORA: 02.05.05 – TRANSPORTE ESCOLAR – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.368.0012.2078.0000 FORNECER TRANSPORTE DE QUALIDADE AOS EDUCANDOS DA REDE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 154 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.02 – DIVISÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.301.0017.2043.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 214 – FONTE 02 – ESTADUAL.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.02 – DIVISÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.301.0020.2049.0000 MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE SANITÁRIO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 233 – FONTE 05 – FEDERAL.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.06.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE – UNIDADE EXECUTORA: 02.06.03 – DIVISÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.302.0031.2072.0000 MANUTENÇÃO DAS AMBULÂNCIAS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 312 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.07.00 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – UNIDADE EXECUTORA: 02.07.01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.244.0014.2033.0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 332 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.10.00 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – UNIDADE EXECUTORA: 02.10.01 – PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0034.2122.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 354 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.11.00 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – UNIDADE EXECUTORA: 02.11.02 – CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E FROTA MUNICIPAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 15.452.0050.2138.0000 MANUTENÇÃO DA FROTA – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 426 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.13.00 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – UNIDADE EXECUTORA: 02.13.01 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.0025.2056.0000 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 448 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.14.00 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TURISMO E LAZER – UNIDADE EXECUTORA: 02.14.01 – AGRICULTURA – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.608.0041.2102.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 467 – FONTE 01 – TESOURO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.15.00 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – UNIDADE EXECUTORA: 02.15.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 27.812.0026.2060.0000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO – CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA – FICHA ORÇAMENTÁRIA 503 – FONTE 01 – TESOURO.

14.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização e acompanhamento do objeto contratado ficará a cargo da(s) Secretaria(s) solicitante(s), por meio do gestor do contrato previamente designado, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços/fornecimento dos bens, obedecendo ao Termo de Referência/Projeto/Memorial descritivo, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

15.2 A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

15.3 A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela contratada, sem ônus para a contratante.

15.4 Verificada a ocorrência da irregularidade injustificada no cumprimento do contrato a fiscalização indicada pela CONTRATANTE adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação de penalidades, quando for o caso.

15.5 A CONTRATADA obriga-se a permitir à fiscalização da CONTRATANTE, acesso a toda documentação pertinente e todos os dados, elementos e espaços físicos referentes à prestação dos serviços/fornecimento de bens, sempre que solicitado.

15.6 Compete ainda à fiscalização da CONTRATANTE, elaborar as justificativas para instrução dos procedimentos que resultarem em Termos Aditivos (no caso de utilização de contrato) e as justificativas e fundamentações de quaisquer outros instrumentos de alteração contratual, bem como sugerir normas e orientações visando o exato cumprimento deste contrato.

15.7 Fica designado pelo(a) Secretário(a) da Secretaria solicitante o responsável pela Gestão do Contrato o Senhor(a) _____, bem como o responsável pela Fiscalização do Contrato o Senhor(a) _____, conforme Portaria nº _____ de ____/____/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2. Cabe ressaltar que no Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que *"A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]".*

(cf Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018). Consta do referido Acórdão, nesse sentido, que:

"307. Como é exposto no exame técnico transcrito no relatório do TC-016.501/2003-0, acolhido integralmente pelo Relator do Acórdão 1.670/2003-Plenário, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, a Lei 8.078/1990 é aplicável à Administração Pública enquanto consumidora de bens e serviços. Isso porque ao definir, em seu art. 2º, 'consumidor' como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora. Ainda de acordo com o citado relatório, esse é o entendimento dos doutrinadores Leon Fredja, Celso Bastos e Toshio Mukai. Diversas outras deliberações do TCU também vão nesse sentido, como o Acórdão 1.729/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Acórdão 5.736/2011-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e as Decisões 634/1996 e 1.045/2000, ambas do Plenário, de relatoria dos ministros Homero Santos e Adylson Motta, respectivamente."

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (quando da utilização de contrato).

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e Art. 10º do Decreto Municipal nº 1.809 de 05 de novembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LGPD

19.1 - A CONTRATADA desempenhará os serviços/entregará os produtos com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar, ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (Art. 92, §1º)

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Jacupiranga, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou - se o presente instrumento de Contrato, o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes: ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, FORNECEDOR/CONTRATADA e testemunhas.

Jacupiranga, ___ de _____ de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
ROBERTO CARLOS GARCIA
Prefeito Municipal
Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE

(Nome da empresa vencedora da licitação)
(Responsável pela empresa vencedora da licitação)
Pelo FORNECEDOR/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1º

2º

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

WANDERSON CLANY ALVES DA SILVA
Advogado – OAB/SP. 474.462
Procurador Geral do Município

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Nome (Razão Social):	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ/CPF:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Cargo:	Celular:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
ME/EPP: ( ) SIM ( ) NÃO	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

a) Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

b) Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

c) Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

d) Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo ao Termo de Adesão a Plataforma de Sistema Eletrônico - (LICITANTE DIRETO) abaixo disposto; e pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações (caso haja a cobrança).

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização (quando houver), conforme previsto no Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico.

4. O Licitante autoriza a Plataforma de Sistema Eletrônico a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas (quando houver), nos prazos e condições definidos no Regulamento da Plataforma de Sistema Eletrônico.

5. (**Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras**) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse, realizados por meio da Plataforma de Sistema Eletrônico, podendo a sociedade corretora, para tanto:

a) Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

b) Apresentar lance de preço;

c) Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

d) Solicitar informações via sistema eletrônico;

e) Interpor recursos contra atos do pregoeiro;

f) Apresentar e retirar documentos;

g) Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

h) Assinar documentos relativos às propostas;

i) Emitir e firmar o fechamento da operação; e

j) Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Célula de Apoio (corretora):
Endereço:
CNPJ:

6. O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO A PLATAFORMA DE SISTEMA ELETRÔNICO - (LICITANTE DIRETO)

Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
	Operadores:	
01	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
02	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Responsável Financeiro	
03	Nome:	
	CPF:	Função:

	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

7 - O Licitante reconhece que:

a) A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Plataforma de Sistema Eletrônico nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

b) O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Plataforma de Sistema Eletrônico, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

c) Perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Plataforma de Sistema Eletrônico, para o necessário bloqueio de acesso;

d) O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e

e) O não pagamento da taxa (quando houver) ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Plataforma de Sistema Eletrônico, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA.

_____

(LOCAL E DATA)

_____

(REPRESENTANTE LEGAL)

OBS.: 1) Assinatura(s) do(s) outorgante(s) com PODERES para este fim conforme CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE, ou documento equivalente.

2) O credenciamento deverá vir acompanhado da documentação necessária para comprovação da validade do mesmo, conforme previsto no item 4 do Edital.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

A _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob n.º _____ por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), vem pela presente, apresentar a V. Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e DECLARAMOS que atendemos a todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Local, ... de ..... de 2024.

_____

Representante legal

(Com carimbo da Empresa)

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

A empresa _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob n.º _____ com sede à Rua _____ (endereço completo da licitante), por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), para fins de participação no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico Nº 033/2024, e em cumprimento à legislação e regulamentos vigentes, aos quais se submete, DECLARA que:

1. Inexiste fato impeditivo quanto à sua habilitação;

2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público em nenhuma esfera de Governo, não estando impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;

3. Não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;

4. Não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6. Cumpre as normas relativas à saúde, a segurança e a higiene no trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto, quaisquer responsabilidades que eventualmente possam recair sobre o Município de Jacupiranga;

7. Tomou conhecimento de todas as informações e especificações do Edital, e que aceita as condições nele estabelecidas, para o fiel cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

8. Examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, bem como está ciente de que não poderá alegar desconhecimento para posterior alteração dos preços propostos, ou modificação nas especificações para o cumprimento integral do objeto da presente licitação;

9. Nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

10. Caso esta empresa venha a sagrar-se vencedora desta licitação, indica a seguir as informações solicitadas nas alíneas "f" e "g" do subitem 14.3.5. do edital:

Responsável (is) _____
que assinará (ão) o CONTRATO, c/ qualificação completa, cargo que ocupa(m), e, se procurador juntar o instrumento de mandato.

CPF/MF Nº_____ RG Nº _____ Data de Nascimento _____

Endereço completo _____

E-mail Institucional: _____

E-mail Pessoal: _____

Nº conta corrente/pessoa jurídica _____ Agência _____ Banco_____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração:

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante .
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

DECLARO, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº_____, é microempresa (ou empresa de pequeno porte), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos DECLARO conhecer na integra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 033/2024, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA.

Considerando ainda a participação deste Licitante, e em consonância com o estabelecido no Art. 4º, §§2º e 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, declaramos que:

( ) Ainda não celebramos contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização desta licitação e temos ciência do disposto no §2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

( ) Celebramos os seguintes contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização desta licitação;

Órgão	Objeto	Valor global	Valor anual	Prazo de duração	Data de assinatura

Declaro ainda, que temos pleno conhecimento do disposto no Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, sobre a aplicabilidade dos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

Local, _____ de _____de 2024.

_____
Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

Atesto para os devidos fins, que as declarações acima são verdadeiras.

ANEXO VIII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA**

Contratada: _____

Contrato Nº (de Origem): **XXX/2024** - Data da Assinatura: **XX/XX/2024**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

Advogado (s) / Nº OAB / e-mail (*): Contratante: **WANDERSON CLANY ALVES DA SILVA** – OAB/SP Nº 474.462
E-mail: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA XX/XX/2024

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: **ROBERTO CARLOS GARCIA**

Cargo: **Prefeito Municipal**

CPF: **060.XXX.XXX-95**

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGACÃO DO CERTAME OU RATIFICACÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: **ROBERTO CARLOS GARCIA**

Cargo: **Prefeito Municipal**

CPF: **060.XXX.XXX-95**

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: **ROBERTO CARLOS GARCIA**

Cargo: **Prefeito Municipal**

CPF: **060.XXX.XXX-95**

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

A empresa _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da carteira de identidade e inscrito no CPF sob n.º _____ , declara para fins do disposto no Art. 68, inciso VI da Lei Federal n.° 14.133/2021 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal n.° 9.854/99.

Local e Data: _____, ____, de _____ de 2024.

Razão Social: _ _____

Nome do Responsável: _____

Assinatura do Responsável: _____

Carimbo CNPJ

PREFEITURA DE JACUPIRANGA | ADMINISTRAÇÃO

ANEXO X - RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO N. º: **033/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °: **164/2024**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL, SENDO COBERTURA CONTRA ACIDENTES E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS, MOTOS), LINHA MÉDIOS (VANS E CAMINHONETES), LINHA PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS) E IMPLEMENTOS/EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP.**

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ. N.º: _____

ENDEREÇO: _____

E-MAIL: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ FONE:(------) _____ FAX: (-----) _____

REPRESENTANTE PARA CONTATO: _____

DECLARO QUE RETIREI JUNTO A INTERNET, INTEGRALMENTE O EDITAL DA LICITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADO.

LOCAL: _____, _____ DE _____ 2024.

_____

ASSINATURA

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria, preencher o recibo de retirada do edital e remeter à Seção de Compras / Licitações da Secretaria Municipal de Administração, via e-mail licitacao@jacupiranga.sp.gov.br ou pelo telefone 13-3864-6401.

A não remessa do recibo, exime a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA, da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e/ou esclarecimentos disponibilizado acerca do presente processo licitatório.

ANEXO XI – DECRETO Nº 1.809/2019

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864.6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

DECRETO N. 1.809, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

REGULAMENTA A LEI FEDERAL N. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE TRATA DO ACESSO À INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉBORA CRISTINA VOLPINI ANDRÉ, Prefeita Municipal de Jacupiranga, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;
Considerando as observações realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação ao integral cumprimento das regras de transparência do Município na relação com o cidadão; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.556, de 28/11/2016, que instalou o Serviço de Informações ao Cidadão do Município de Jacupiranga.

DECRETA

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso à informação, no âmbito municipal, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas a serem observados por seus órgãos e entidades, bem como pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos do município de Jacupiranga para a realização de atividades de interesse público, visando garantir o direito de acesso à informação, conforme especifica.
Parágrafo único. O direito de acesso à informação de que trata este Decreto não exclui outras hipóteses de garantia do mesmo direito previsto na legislação municipal.

Art. 2º Os órgãos e entidades municipais assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, mediante a adoção de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios que regem a Administração Pública e as diretrizes previstas nos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art. 3º Os procedimentos previstos neste Decreto devem ser executados em conformidade com as seguintes diretrizes:
I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III- utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
IV- fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública;

V - desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

Art. 4º Cabe aos órgãos e entidades municipais, observadas as normas e procedimentos previstos neste Decreto, assegurar:
I - a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
II - a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade, observada eventual restrição de acesso.

Art. 5º O acesso à informação previsto neste Decreto compreende, entre outros, o direito de obter:
I - orientação sobre os procedimentos para obtenção do acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pelos órgãos ou entidades municipais, recolhidos ou não a arquivos públicos;
III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com os órgãos ou entidades municipais, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades municipais, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e a contratos administrativos;
VII - informação relativa:
a) a implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades municipais, bem como metas e indicadores propostos;
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Art. 6º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II - dados processados: aqueles submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento manual ou eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
III - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
IV - informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão das hipóteses legais de sigilo;
V - informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
VI - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864 6400 - CNPJ/MF nº 582 185 0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

VII - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
VIII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
X - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
XI -informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam;
XII- documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 7º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos materiais utilizados, quando necessário, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

CAPÍTULO II
Da Abrangência

Art. 8º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.
§ 1º A divulgação de informações de empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo Município que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no artigo 173 da Constituição Federal, submete-se às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.
§ 2º Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas pela fiscalização tributária ou por outros órgãos ou entidades municipais no exercício de suas atividades regulares de fiscalização, controle, regulação e supervisão, cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Art. 9º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:
I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;
II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864-6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

CAPÍTULO III
Da Transparência Ativa

Art. 10 É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal promover, independentemente de requerimento, a divulgação, na internet, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1° Serão divulgadas no Portal da Transparência, na internet, sem prejuízo da divulgação em outros sítios dos órgãos e entidades municipais, as informações sobre:

I - repasses ou transferências de recursos financeiros;

II - execução orçamentária e financeira detalhada;

III - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos, convênios, termos de cooperação, parcerias e fomento firmados.

§ 2° A divulgação de informações sobre funcionários, empregados e servidores municipais.

§ 3° Em conformidade com o padrão a ser estabelecido pela Assessoria de Planejamento de Comunicação, todos os órgãos e entidades municipais deverão manter, em seus respectivos sítios na internet, seção específica para a divulgação das seguintes informações:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

III - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

IV - contato da autoridade de monitoramento, prevista no artigo 47 deste Decreto, bem como o telefone e o correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC - do órgão ou entidade municipal.

§ 4° As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 11 Os sítios dos órgãos e entidades municipais na internet deverão atender aos seguintes requisitos, dentre outros:

I - conter formulário para pedido de acesso à informação;

II- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar a gravação de relatórios em formatos eletrônicos;

IV- garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

V- manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VI - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade;

VII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IV
Da Transparência Passiva Seção I Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 12. A Prefeitura Municipal de Jacupiranga deverá disponibilizar, no mínimo, um local para atendimento ao público, com a finalidade de abrigar seu próprio Serviço de Informações ao Cidadão- SIC, o qual terá por objetivos:

I- receber e registrar pedidos de acesso à informação;

II- - atender, informar e orientar o público quanto ao acesso à informação.

§ 1° O Serviço de Informação ao Cidadão será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

§ 2° Onde não houver possibilidade de instalação da unidade física do Serviço de Informação ao Cidadão, deverá ser oferecido à população, no mínimo, o serviço de recebimento e registro dos pedidos de acesso à informação.

§ 3° Compete ao Serviço de Informação ao Cidadão:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega do número de protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado ao responsável pelo fornecimento da informação, previsto no artigo 18 deste Decreto.

Art. 13. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC - da Prefeitura de Jacupiranga será coordenado pela Diretoria de Administração.

Seção II
Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 14. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, devidamente identificada, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1° O pedido será apresentado em formulário padronizado, preferencialmente em meio eletrônico, no sítio na internet, ou por meio físico, no Serviço de Informação ao Cidadão dos órgãos ou entidades municipais referidos no "caput" do artigo 12 deste Decreto.

§ 2° O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido, que será cadastrado em sistema eletrônico específico, gerando número de protocolo com a data do recebimento.

§ 3° Aos advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante apresentação da carteira da OAB, será permitido o acesso imediato às informações na forma da alínea "c" do inciso IV do artigo 7° da Lei Federal n. 8.906, de 4 de julho de 1994, ficando disponibilizado equipamento para fins de consultas e cópias, por meio eletrônico, aos processos administrativos da Prefeitura Municipal.

Art. 15. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - o nome do requerente;

II - o número de documento de identificação válido;

III - a especificação, de forma clara, objetiva e precisa, da informação requerida;

IV - o endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864.6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

Art. 16. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação
I - genéricos;
II - desproporcionais ou desarrazoados;
III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.
§ 1º A informação será disponibilizada ao interessado da mesma forma que se encontrar arquivada ou registrada no órgão ou entidade municipal, não cabendo a estes últimos realizar qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de planilhas ou banco de dados, bem como produzir informações a pedido do interessado, não exigidas pela legislação municipal.
§ 2º Nas hipóteses do inciso III do "caput" e do § 1º deste artigo, sem prejuízo da segurança e da proteção da informação, o órgão ou entidade municipal deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações.

Art. 17. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação de interesse público.
§ 1º São consideradas de interesse público aquelas informações cujos órgãos e entidades municipais têm o dever de divulgar, independentemente de requerimento, na forma do artigo 10 deste Decreto.
§ 2º Quando a informação solicitada for de interesse pessoal ou sua divulgação puder, de algum modo, causar dano a outrem, o pedido deverá ser motivado, a fim de que possa ser aferido, pelo órgão ou entidade competente, o legítimo interesse do requerente.

Seção III
Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 18. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será de até 20 (vinte) dias.
§ 1º O Gestor de Contratos em cada uma das Diretorias dos Departamentos Municipais, bem como os responsáveis pelas entidades da Administração Indireta, mencionadas no "caput" do artigo 12, serão os responsáveis pela transmissão das informações aos interessados, ouvindo-se a Procuradoria Jurídica, sempre que necessário.
§ 2º Caso não seja possível o acesso imediato, a autoridade, mencionada no § 1º deste artigo, deverá, no prazo de até quinze dias:
I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
II - comunicar a data, o local e o modo para a realização da consulta à informação, a reprodução ou a obtenção da certidão relativa à informação;
III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha;
V - indicar as razões de fato ou de direito da negativa, total ou parcial, do acesso.
§ 3º Nas hipóteses em que o pedido de acesso à informação demandar manuseio de grande volume de documentos ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 4º Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
§ 5º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 4º deste artigo, o interessado poderá solicitar que, às suas expensas e sob a supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.
§ 6º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações, bem como do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade municipal poderá oferecer meios para que o próprio interessado possa pesquisar a informação de que necessitar.

Art. 19. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de quinze dias.

Art. 20. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade municipal deverá orientar o interessado quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.
§ 1º Na hipótese do "caput" deste artigo, o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.
§ 2º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Art. 21. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao interessado documento de arrecadação municipal para pagamento do preço público correspondente.
§ 1º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de quinze dias, contados da comprovação do pagamento pelo interessado ou do deferimento da hipossuficiência, de que trata o § 2º do artigo 21 deste Decreto, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.
§ 2º A redução ou isenção dos valores relativos à reprodução obedecerão às regras vigentes em caso de hipossuficiência declarada.

Art. 22. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao interessado, no prazo de resposta, comunicação com:

I- as razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
II- a possibilidade e prazo de apresentação do recurso cabível, com indicação da autoridade que o apreciará;
III- a possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

Parágrafo único. As razões da negativa de acesso à informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação e a autoridade que a classificou.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864.6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

Art. 23. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Seção IV
Dos Recursos

Art. 24. O requerente poderá apresentar reclamação quando:
I - não obtiver resposta ao seu pedido dentro do prazo regulamentar, incluindo eventual prorrogação;
II - a resposta a ele fornecida for incompleta, obscura, contraditória ou omissa.
§ 1º O prazo para apresentação da reclamação será de dez dias, contados do término do prazo de resposta, na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo, ou do **fornecimento da resposta, na hipótese do inciso II do "caput" deste artigo.**
§ 2º A reclamação será encaminhada à Diretoria ou órgão responsável pelo fornecimento da informação que poderá exercer juízo de retratação.
§ 3º Na hipótese de manutenção da decisão a Diretoria ou órgão encaminhará, de ofício, a reclamação à Comissão Municipal de Acesso à Informação para apreciação em grau de recurso.

Seção V
Dos Prazos e das Intimações

Art. 25. Os prazos fixados neste Decreto serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 26. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tramita o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 27. Considera-se intimado o interessado:
I- quando a informação ou decisão for enviada para o seu endereço eletrônico, na mesma data do envio;
II- quando a informação ou decisão for enviada para o seu endereço físico, quinze dias após a postagem;
III- na hipótese do inciso II do § 2º do artigo 18, a partir da data indicada para consulta ou reprodução.

CAPÍTULO V
Da Comissão Municipal de Acesso

Art. 28. Fica criada a Comissão Municipal de Acesso à Informação que será composta por três membros titulares e três suplentes nomeados por portaria expedida pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Dentre os indicados para compor a Comissão, deverá, obrigatoriamente, constar a indicação de um Procurador Municipal como membro titular.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864 6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

Art. 29. Compete à Comissão Municipal de Acesso à Informação:

I- decidir os recursos a ela endereçados, encerrando a instância administrativa;

II- apresentar relatório anual ao Prefeito Municipal sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Parágrafo único. O relatório anual, a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo, é considerado informação de interesse coletivo ou geral e deve ser divulgado no sitio na internet.

Art. 30. A Comissão Municipal de Acesso à Informação se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos integrantes.

Art. 31. A Comissão Municipal de Acesso à Informação deverá apreciar os recursos a ela endereçados, impreterivelmente, até a reunião ordinária subsequente à data do recebimento.

Art. 32. As deliberações da Comissão Municipal de Acesso à Informação serão tomadas por maioria.

CAPÍTULO VI
Das Informações Pessoais

Art. 33. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 34. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - serão de acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem;

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizadas por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei Federal n. 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 35. O consentimento referido no inciso II do "caput" do artigo 34 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, ficando sua utilização restrita exclusivamente ao tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros;

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864.6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

IV- à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 36. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o artigo 33 não poderá ser invocada:
I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades conduzido pelo Poder Público, no qual o titular das informações seja parte ou interessado;
II - quando as informações pessoais estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 37. Compete à autoridade máxima do órgão ou entidade municipal mencionado no "caput" do artigo 12 deste Decreto, de forma fundamentada e mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese prevista no inciso TI do "caput" do artigo 36 sobre documentos que tenha produzido ou acumulado e que estejam sob sua guarda.
§ 1° Para subsidiar a decisão de reconhecimento de que trata o "caput" deste artigo, poderá ser solicitado as universidades, instituições de pesquisa ou outras entidades com notória experiência em pesquisa historiográfica a emissão de parecer sobre a questão.
§ 2° A decisão de reconhecimento de que trata o "caput" deste artigo será precedida: I - de comunicação formal à pessoa a quem a informação a ser divulgada se referir ou, em caso de morte, às pessoas mencionadas no parágrafo único do artigo 34;
II - de publicação de extrato da informação, contendo a descrição resumida do assunto, a origem e o período do conjunto de documentos a serem considerados de acesso irrestrito, com antecedência de, no mínimo, sessenta dias.
§ 3° No prazo de trinta dias, contados da comunicação a que se refere o inciso I do § 2° deste artigo, a pessoa a quem a informação a ser divulgada se referir ou, em caso de morte, as pessoas mencionadas no parágrafo único do artigo 34, poderão apresentar recurso contra a divulgação à Comissão Municipal de Acesso à Informação.
§ 4° Após a decisão do recurso previsto no § 3° ou, em não havendo recurso, após decorrido o prazo ali fixado, as informações serão consideradas de acesso irrestrito ao público.
§ 5° Na hipótese de documentos de elevado valor histórico destinados à guarda permanente, caberá ao responsável pelo Arquivo Público Municipal, após o recolhimento da informação, a competência prevista no "caput" deste artigo.

Art. 38. O pedido de acesso a informações pessoais observará, no que couber, os procedimentos previstos no Capítulo IV, deverá ser fundamentado e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.
Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá, ainda, estar acompanhado de:
I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do "caput" do artigo 34, por meio de procuração;
III- comprovação das hipóteses previstas no artigo 35, conforme o caso;
III - demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no artigo 37;
IV -demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864 6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

Art. 39. O acesso a informações pessoais por terceiros ficará condicionado à assinatura de termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, bem como sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1° A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2° Aquele que obtiver acesso a informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

§ 3° Aplica-se, no que couber, a Lei Federal n. 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO VII
Das Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 40. As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

III- relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como dos respectivos aditivos.

§1° As informações de que trata o "caput" deste artigo serão divulgadas em sítio na internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

§ 2° A divulgação em sítio na internet referida no § 1° deste artigo poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública municipal responsável pelo repasse dos recursos, mediante requerimento da entidade privada sem fins lucrativos, quando esta última não dispuser de meios para realizar a divulgação.

§ 3° As informações de que trata o "caput" deste artigo deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até cento e oitenta dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 41. A publicidade a que estão submetidas às entidades mencionadas no artigo 40 refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Parágrafo único. Quaisquer outras informações, além das previstas nos incisos I a III do "caput" do artigo 40, deverão ser apresentadas diretamente aos órgãos e entidades municipais responsáveis pelo repasse de recursos.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864-6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

CAPÍTULO VIII
Das Responsabilidades

Art. 42. Constituem condutas ilícitas que ensejam a responsabilização do agente público:
I - recusar-se, imotivadamente, a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre a qual tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro ou, ainda, com a finalidade de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
V-ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos.
§ 1º Atendidos os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no "caput" deste artigo serão apuradas e punidas na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jacupiranga e demais leis vigentes no ordenamento jurídico nacional.
§ 2º Pelas condutas descritas no "caput" deste artigo, poderá o agente público ou o prestador de serviço público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei Federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 43. A pessoa natural ou jurídica, inclusive aquela mencionada no artigo 40, que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no "caput" do artigo 42 deste Decreto, estará sujeita às seguintes sanções:
I - advertência;
II- multa;
IV- rescisão do vínculo com o Poder Público;
IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo legal;
V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos incisos I, II e IV do "caput" deste artigo.
§ 2º A multa prevista no inciso II do "caput" deste artigo será aplicada em conformidade com o termo firmado entre as partes, sem prejuízo das sanções legais previstas em lei.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864 6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

§ 3º A reabilitação referida no inciso V do "caput" deste artigo será autorizada somente quando a pessoa natural ou jurídica efetuar o ressarcimento, ao órgão ou entidade municipal, dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do "caput" deste artigo.
§ 4º A aplicação da sanção prevista no inciso V do "caput" deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade referido no "caput" do artigo 12 deste Decreto.
§ 5º O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de cinco dias úteis, contados da ciência do ato.
§ 6º O presente Decreto deverá constar como anexo dos editais de licitação dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º deste Decreto.

Art. 44. O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosos ou pessoais, nos termos deste Decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, em caso de eventual divulgação não autorizada.

Art. 45. Os agentes responsáveis pela custódia de documentos e informações sigilosos ou pessoais sujeitam-se às normas referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício, e ao seu código de ética específico, sem prejuízo das sanções legais.

Art. 46. Os órgãos e entidades municipais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO IX
Do Monitoramento da Aplicação

Art. 47. Caberá à Auditoria Geral do Município fiscalizar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos deste Decreto.

CAPÍTULO X
Da Transição Entre Governos

Art. 48. No último ano do mandato, caso haja mudança do Chefe do Poder Executivo, será aberto processo de transição da Administração Municipal para o sucessor eleito, iniciando-se com a entrega do relatório de transição a ser elaborado pela Administração.
§1º A transição de governo constitui processo institucionalizado de compartilhamento de informações sobre a gestão pública, entre a Administração e o sucessor eleito, com o objetivo de preparar os atos iniciais do novo governo.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864 6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

§ 2º O relatório de transição, de que trata o "caput" deste artigo, deverá subsidiar os trabalhos da equipe de transição que reger-se-ão pelos seguintes princípios:
I - colaboração entre a Administração atual e a eleita;
II - transparência da gestão pública;
III - continuidade dos serviços públicos;
V- preservação do interesse público.
§ 3º A equipe de transição será constituída após requisição, formalizada pelo candidato e leito, que deverá indicar um representante e demais membros.
§ 4º Em não havendo pedido formal de transição, de que trata o § 3º deste artigo, o Prefeito Municipal solicitará ao candidato eleito a indicação dos membros para a abertura do processo de transição na forma deste Decreto.
§ 5º Será nomeada a equipe de transição, por meio de portaria expedida pelo Prefeito Municipal, para atuação conjunta com a designada pelo candidato e leito.
§ 6º O Prefeito Municipal indicará o coordenador da equipe de transição.
§ 7º Competirá ao representante, a que se refere o § 3º deste artigo, o acompanhamento dos trabalhos da equipe de transição e a requisição de informações ao coordenador indicado pelo Prefeito Municipal.
§ 8º A equipe de transição, indicada pelo Prefeito Municipal, será composta somente por servidores integrantes do quadro funcional da Administração.
§ 9º Os titulares de órgãos e entidades da Administração Municipal deverão elaborar relatório de todas as informações requisitadas pelo coordenador.

Art. 49. Após a entrega do relatório de transição, os pedidos de acesso às informações solicitadas pelo representante indicado pelo candidato eleito, deverão ser formulados diretamente ao coordenador, indicado pelo Prefeito Municipal, ao qual compete, no prazo de dois dias úteis, requisitar dos órgãos da Administração Pública Municipal os dados solicitados.
Parágrafo único. Os responsáveis pelos órgãos da Administração Pública Municipal deverão, no prazo de cinco dias úteis, encaminhar ao coordenador indicado pelo Prefeito Municipal as informações requisitadas, que as encaminhará ao representante indicado pelo candidato eleito.

Art. 50. As equipes de transição indicadas pelo Prefeito Municipal e pelo candidato eleito poderão reunir-se com outros agentes da Administração Pública Municipal visando esclarecimentos de informações. Parágrafo único. As reuniões, de que trata o "caput" deste artigo serão previamente agendadas e registradas em atas, sob a coordenação do indicado pelo Prefeito Municipal.

Art. 51. Caso seja necessária, poderá ser colocada à disposição do representante da equipe de transição do candidato eleito, a infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos, incluindo espaço físico, equipamento e pessoal.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777 - fone (13)3864.6400 - CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - e-mail prefeitura@jacupiranga.sp.gov.br

CAPÍTULO XI
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 52. Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 53. Os órgãos e entidades municipais deverão realizar estudos e avaliações sobre a necessidade de classificação das informações por eles detidas ou armazenadas.

Art. 54. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal deverão se adequar aos termos deste Decreto no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.
Parágrafo único. As entidades privadas sem fins lucrativos a que se refere o artigo 40 terão prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem aos termos deste Decreto, contado da data de sua publicação.

Art. 55. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga, 05 de novembro de 2019.

DEBORA CRISTINA VOLPINI ANDRÉ
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra

ANGELO ROSA VIEIRA
Diretor do Depto. De Administração

GIULIANO NORBERTO FOGAÇA
Procurador Jurídico